

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

UEDSON LUIZ LIMA DA SILVA

O MODO PETISTA DE GOVERNAR NA GESTÃO MUNICIPAL DE PINTADAS - BAHIA
(1997-2000): Reflexões à luz do conceito de Hegemonia em Gramsci

SÃO PAULO

2018

Uedson Luiz Lima da Silva

O MODO PETISTA DE GOVERNAR NA GESTÃO
MUNICIPAL DE PINTADAS - BAHIA (1997-2000):
Reflexões à luz do conceito de Hegemonia em
Gramsci

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

SILVA, Uedson Luiz Lima da

O modo petista de governar na gestão municipal de Pintadas - Bahia (1997 - 2000): Reflexões à luz do conceito de hegemonia em Gramsci / Uedson Luiz Lima da Silva. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

79 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Uedson Luiz Lima da Silva

O MODO PETISTA DE GOVERNAR
NA GESTÃO MUNICIPAL DE
PINTADAS - BAHIA (1997-2000):
Reflexões à luz do conceito de
Hegemonia em Gramsci

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. José Antônio da Costa Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profª. Ms. Fernanda Araújo Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Me. Luis Fernando Vitagliano(suplente)
Universidade Estadual de Campinas

Dedico esta Dissertação aos responsáveis pela minha existência e permanência na luta pela vida: Palmira Simões (avó materna / In memoriam), Francisco Lima (avô materno / In memoriam), Ednalva Lima (mãe), Edna Lima (tia), Edilede Simões, Ana Paula (companheira e amada), Elaine Cristina (irmã), Paulo Danilo (irmão), Francisco Daniel (irmão), Leniza Paula (irmã). Família que me apoiou durante todo o tempo que estive desenvolvendo este trabalho acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Eduardo Tadeu Pereira pela acolhida, confiança e incentivo ao término deste trabalho.

Ao Amigo Jocivaldo dos Anjos, companheiro de lutas e quem estimulou a minha inscrição no Mestrado.

Ao Amigo Sérgio Marcone, uma inteligência inquieta e cheia de boas ideias que contaminam positivamente minhas reflexões.

Ao Amigo Mário César, companheiro de grande valor, parceiro nas viagens e estadia em São Paulo, bom humor e inteligência perspicaz, suportou meus momentos de cansaço.

Ao Amigo que também é um irmão que ganhei na vida Gabriel Ferreira, obrigado pelas conversas estimulantes.

À Fundação Perseu Abramo e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil) que proporcionam uma experiência notável de formação acadêmica e política para os militantes do Partido dos Trabalhadores.

MÃE

A nossa luta
é por uma pátria
sem dúvidas
nem dívidas.
É por um país
sem danos
nem donos.

Tá pensando que é mole, Mãe?

Damário Dacruz.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico refere-se ao estudo sobre o denominado modo petista de governar aplicado ao caso da cidade de Pintadas-Bahia (1997-2000), relacionado à concepção de hegemonia apresentada por Antônio Gramsci. O recorte do período corresponde à primeira gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura. A metodologia de pesquisa foi realizada com um levantamento bibliográfico sobre os temas elencados, seguido do registro das ações ocorridas na localidade e análise conjuntural. A partir das leituras e avaliação do material bibliográfico foi possível estabelecer uma relação teórica e prática das influências gramscianas na formulação do modo petista de governar, os desafios da organização popular e posterior ocupação na gestão pública em Pintadas-BA. Os resultados da organização popular foram fundamentais para perceber o quanto a participação nos rumos da cidade é a essência da democracia que se deseja para o país. Conhecer a hegemonia conservadora presente para construir uma contra-hegemonia pautada na participação popular, com o objetivo de caminhar pela via do socialismo democrático.

Palavras-chave: Hegemonia. Participação popular. Modo petista de governar.

ABSTRACT

The present academic work refers to the study about the so-called PT way of governing applied to the case of the city of Pintadas-Bahia (1997-2000), related to the conception of hegemony presented by Antonio Gramsci. The cut of the period corresponds to the first management of the PT (Workers' Party) in the city hall. The research methodology was carried out with a bibliographical survey about the topics listed, followed by the record of the actions taken in the locality and conjunctural analysis. From the readings and evaluation of the bibliographic material it was possible to establish a theoretical and practical relation of the Gramscian influences in the formulation of the Petista's way of governing, the challenges of the popular organization and later occupation in the public management in Pintadas-BA. The results of the popular organization were fundamental to realize how much participation in the direction of the city is the essence of the democracy that is desired for the country. Knowing the present conservative hegemony to build counter-hegemony based on popular participation, with the goal of moving towards democratic socialism.

Keywords: Hegemony. Popular participation. Petista's way of governing.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
2- A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI.	15
2.1 - A Participação como instrumento na disputa pela Hegemonia.....	25
3- DO QUE É FEITO O MODO PETISTA DE GOVERNAR.....	37
3.1 - Modo petista de governar: Entre o Estado Herdado e o Necessário....	46
4- PINTADAS-BA (1997-2000): UMA NOVA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA. 55	
4.1 - Por uma hegemonia popular.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	73
REFERÊNCIAS.	78

1- INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa pretende-se analisar a experiência do governo local liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Pintadas-Bahia, entre os anos de 1997 a 2000, a partir da formulação gramsciana, particularmente o conceito de hegemonia por ele desenvolvido, e sua relação com o chamado “modo petista de governar”. O período estabelecido metodologicamente é o marco histórico e fundador da experiência petista no município junto à prefeitura.

Localizada no semiárido brasileiro, Pintadas tornou-se um caso de sucesso na administração pública, colocando o modo petista de governar em destaque, conquistando 05 (cinco) mandatos consecutivos à frente da prefeitura (1997-2016). A escolha do município de Pintadas-BA está ligada ao histórico de lutas desenvolvidas na cidade, pela sua organização popular. Uma mobilização que foi possível graças ao compromisso assumido pelos cidadãos e cidadãs, mesmo diante das dificuldades socioeconômicas de uma pequena cidade, em termos populacionais e orçamentários, criaram alternativas para superar os obstáculos políticos e administrativos.

A questão inicial da pesquisa é a identificação de elementos da concepção gramsciana de hegemonia no “modo petista de governar” e sua experiência concreta nos governos locais, a partir do caso concreto do governo de Pintadas entre 1997 a 2000. Identificar elementos que possam colaborar para a discussão sobre a hegemonia na concepção gramsciana e a atuação do Partido dos Trabalhadores.

O quadro histórico apresentado pelo Partido dos Trabalhadores leva-nos a suspeitar que a presença teórica do pensamento de Gramsci é uma das vertentes possíveis no direcionamento de um novo programa político-partidário permeado pela ideia-força de hegemonia. É necessário verificar, se o conhecido modo petista de governar viabiliza o projeto político expresso pelo partido, como é capaz de mobilizar democraticamente cidadãos e cidadãs.

A proposta dos estudos na referida área do Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas, na linha de pesquisa Temas de gestão, arranjos

institucionais e democracia, tem como objetivo aprofundar a pesquisa sobre o conhecido modo petista de governar na gestão municipal de Pintadas-Bahia, no período de 1997-2000, primeiro governo petista no município, tendo como análise a participação popular e sua relação com o conceito gramsciano de hegemonia. Quando assume a gestão naquela conjuntura política e econômica marcada pelo neoliberalismo, poderemos encontrar aspectos do conjunto da obra petista que vigoraram naquela comunidade e demonstrar a concepção de um projeto democrático e popular.

A gestão pública diferenciada proposta no programa do Partido dos Trabalhadores, conhecida popularmente como modo petista de governar, pode ser entendida sob dois pontos de vista: a direção contra-hegemônica dos poderes constituídos e arraigados na sociedade brasileira; e a luta na construção de uma hegemonia popular.

No primeiro capítulo será apresentada uma análise crítica, através da revisão bibliográfica, para explicitar o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci, sua posição marxista e como sua reflexão percorreu o contexto brasileiro. Uma influência que possibilitou o desenvolvimento de uma teoria política capaz de mobilizar diversos pensadores nacionais, os quais, por sua vez, formularam e propagaram as ideias do autor italiano junto a partidos políticos e na academia.

Ainda como parte do primeiro capítulo, o objetivo é discutir sobre a participação como instrumento na disputa pela hegemonia. Precisamos retomar algumas importantes experiências espalhadas pelo país na gestão pública municipal. O Partido dos Trabalhadores conseguiu imprimir uma marca administrativa, moldada na participação popular, através de mecanismos democráticos que ampliaram a visão sobre a gestão da coisa pública.

O segundo capítulo trará elementos que compõem o conjunto do programa político do Partido dos Trabalhadores no sentido de mostrar o que é o modo petista de governar, como ele é pensado e realizado na gestão pública liderada por filiados ao partido. Em especial a percepção do quadro político no qual está inserido esse modo construído por diversos sujeitos social. É também tarefa dos estudos encontrar uma síntese do modo de fazer política diferenciada por dentro de uma estrutura arcaica na qual está assentado o estado brasileiro, o que é discutido na seção que

apresenta o “Modo petista de governar entre o Estado Herdado e o Estado Necessário”.

O terceiro capítulo apresenta a cidade de Pintadas-BA, uma caracterização e, ao mesmo tempo, uma demonstração das ações dos movimentos sociais e a relação com a conquista do governo municipal durante o período estudado (1997-2000), como agiram para superar os obstáculos do escopo burocrático que permeia o Estado. Dentro desse capítulo está a luta por uma hegemonia popular como fruto de uma experiência local que organizou a maioria da população para conquistar a administração municipal e promover a gestão petista, com a catalogação das principais ações que contribuem para o entendimento do que é o conhecido modo petista de governar.

Centrar as energias das mobilizações políticas para afirmar uma sociedade democrática e popular é um projeto para além de uma simples frase de efeito, caminhar é necessário para pensar e transformar o Brasil, começando pelas boas experiências de gestão.

Nas considerações finais será elaborada uma síntese sobre o conceito de hegemonia gramsciana, o modo petista de governar e a experiência de Pintadas-BA. Os caminhos teóricos e práticos que possam colaborar para a formulação de uma política capaz de estimular a necessária transformação, com a inclusão social que o país precisa para além das palavras escritas na sua Constituição Cidadã de 1988. Formulações políticas que sejam capazes de reanimar o Brasil para a conquista da sua verdadeira independência econômica e social.

O desafio para os partidos do campo da esquerda de transformar a gestão pública brasileira em algo democrático e radicalmente popular é tão grande quanto a luta social em torno do Estado, ao longo dos séculos. Mesmo com a criação da República Federativa do Brasil não foi possível superar os problemas sociais que afetam a maioria da população. Em outras palavras, um Estado herdado com raízes no patrimonialismo, assistencialismo e controlado pelas elites que permaneceram a frente do poder.

As disputas políticas e eleitorais nem sempre caminham para definir o melhor candidato com as melhores propostas governamentais, o que por si caracteriza uma falha consequente na representatividade, conceito aprofundado no sistema governamental brasileiro. No entanto, percebe-se que mesmo nesse contexto, as

contradições do sistema também produziram boas experiências, algumas pontuais, outras resultantes de um programa político pautado por ideais progressistas.

As discussões sobre o denominado modo petista de governar podem revelar um modo de ação que traduz a experiência partidária e que pode ter influenciado as gestões públicas municipais pelo Brasil, inclusive com a adoção de métodos de participação social e construção da cidadania.

Para cientistas sociais é sempre necessário o exercício no sentido de conseguir organizar pensamento e prática para aperfeiçoar ações governamentais, com o claro objetivo de construir cada vez mais e verdadeiramente uma gestão pública comprometida com o Estado Democrático e Popular que várias gerações sonharam pelo Brasil afora.

Chama a atenção o caso específico da cidade de Pintadas na Bahia, por se tratar de um município de pequeno porte, cuja primeira gestão petista enfrentou adversidades políticas e administrativas, pois no período de 1997 a 2000, quando foi alçada a primeira gestão petista naquele município, o Brasil encontrava-se ainda na sua fase neoliberal, com o governo federal sob a liderança do Fernando Henrique Cardoso (PSDB), além disso, no estado da Bahia o domínio governamental era do político Antônio Carlos Magalhães (ARENA-PFL).

O interesse na pesquisa ainda se revela fundamental para identificar como a gestão pública foi viabilizada no período e como foi possível estabelecer uma mobilização junto aos demais sujeitos sociais para a construção da governabilidade, dando sequência ao projeto político petista por mais quatro gestões seguidas (2001-2016).

É o desafio de relacionar diversos fatores num recorte temporal, para elaborar um trabalho de pesquisa que propõe inscrever na história do Partido dos Trabalhadores mais um capítulo da vida pública brasileira. A população organizada pode superar obstáculos e provar que é possível lutar pela democracia contra a histórica desigualdade social.

2- A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI.

Não é necessário estender o texto apresentando o pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937), mesmo diante do cárcere imposto pelo fascismo italiano, produziu uma obra que como uma colcha de retalhos deu conta da complexidade política da época e perenizou suas palavras ao longo do tempo. Gramsci é reconhecido, especialmente, pela sua teoria política sobre a hegemonia cultural que descreve como o Estado usa nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

A conquista da hegemonia na sociedade está para além da participação nas eleições. O conceito gramsciano é mais amplo e coloca o entendimento filosófico de hegemonia enquanto direção intelectual, moral, ética, lógica e modelo organizativo a constituir um bloco histórico que faz parte tanto do partido como do movimento social externo a ele, porém permanecem conectados com as suas atividades políticas de cunho ideológico a criar pluralidades de ideias e unidade de ação.

Importante salientar que os estudos buscam aproximar uma ideia universal como a questão que envolve a hegemonia na compreensão das estruturas de poder local. Como é possível através do trabalho coletivo, como elemento chave, desconstruir a hegemonia dominante, apresentar um processo contra-hegemônico e estabelecer uma nova hegemonia com base popular. A luta contra-hegemônica conta com a elevação da consciência crítica e a participação das massas, para que seja possível fundar um governo progressista como primeiro passo para alcançar a democracia socialista defendida por Gramsci.

Na conjuntura brasileira as contradições sempre estiveram presentes, com a utilização inclusive do poder militar estatal (Ditadura Militar orquestrada pelas elites), para ofuscar a histórica desigualdade social e econômica, ainda presente na sociedade. O PT surge justamente da luta pela democratização do Estado. A busca pelo equilíbrio na condução do poder público, a mitigar os efeitos de um Brasil

situado entre a desigualdade e a democracia. O fomento dos trabalhadores e intelectuais petistas é a luta pela radicalização da democracia.

No outro lado da história, identificamos o grande empenho das forças políticas alinhadas ao *status quo* em construir permanentemente a hegemonia do pensamento neoliberal na sociedade, a convencer a população de que não há alternativa. Um bom exemplo é a capitulação do termo “cidadania”, habilmente adaptado aos interesses capitalistas, para confrontar subjetivamente o socialismo democrático. Santos (2013) explicita a relação entre o capitalismo e cidadania, com uma nova abordagem sobre este último termo:

O segundo período do capitalismo nos países centrais, o capitalismo organizado, caracteriza-se pela passagem da cidadania cívica e política para o que foi designado por “cidadania social”, isto é, a conquista de significativos direitos sociais, no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação por parte das classes trabalhadoras das sociedades centrais e, de um modo muito menos característico e intenso, por parte de alguns setores das classes trabalhadoras em alguns países periféricos e semiperiféricos (p. 234).

Um dos desafios dos governos progressistas é aprofundar a participação popular na luta pela hegemonia. Assim, pode-se confrontar o conceito estanque de cidadania já absorvido pelo capitalismo, numa clara ideia de democracia direta, através da ampliação da participação popular, a superar os limites previamente estabelecidos pelo sistema que predomina atualmente, o capitalismo. É preciso resgatar a ideia de uma cidadania emancipadora, fundada nos instrumentos de participação que resulta na democracia direta como complemento dialético da representativa.

Nessa profusão de ideias verifica-se uma série de questões que poderiam ser abordadas ao longo do trabalho, mas é necessário deter-se no que é fundamental para entendermos o que está em jogo no panorama das disputas ideológicas e como está organizado o pensamento hegemônico, se é possível construir uma nova hegemonia e sobre quais bases, destacamos:

A existência da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela será exercida sejam levados em consideração, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também evidente que esses compromissos e sacrifícios não concernem o essencial, pois se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica também e ter seus fundamentos na importante função que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (SADER, 2012, p. 24).

A busca pelo entendimento do conceito de Hegemonia contribui para uma análise mais esclarecedora sobre as condições políticas e governamentais que direcionaram as gestões públicas capitaneadas pelo conhecido modo petista de governar. Comportamentos, ações, procedimentos, problemas, adaptações, inclusive quais foram as transformações culturais da população local. Vejamos as impressões sobre o tema:

Nos Cadernos do Cárcere há um fragmento em que Gramsci acentua que, “entre os muitos significados de democracia, aquele mais realista e concreto” parece ser aquele que resulta da sua conexão com o conceito de hegemonia. “No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que (o desenvolvimento da economia e, portanto) a legislação (que expressa tal desenvolvimento) favorece a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”. Esta noção de hegemonia implica uma prática política inovadora, que Gramsci defende na organização interna do partido político, como acentuamos no curso deste livro (SCHLESENER, 2007, p. 14).

No legado teórico construído por Gramsci, o conceito de hegemonia está associado à direção cultural e política a conservar ou transformar a sociedade e, por conseguinte, o Estado. É o combate a ser travado entre uma hegemonia conservadora que atende parcialmente os interesses da população para conservar o poder da elite; e a necessária luta pelo estabelecimento de uma nova hegemonia que chamamos de popular que atende às necessidades reais da população, atualmente e na sua maioria excluída dos centros de decisões governamentais, por uma burocracia comprometida com os interesses privados em detrimento da coisa pública. A interpretação sobre hegemonia abre a necessidade de reconhecer em que realidade está inserida a comunidade, para a partir disso construir as condições que subverterão a ordem conservadora.

A noção de hegemonia articula-se à concepção Gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio do seu desenvolvimento. Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativos-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2007, p. 28).

Existem dois caminhos na gestão pública capitaneados pelo modo petista de governar que devem se cruzar na busca por uma hegemonia popular: um diz respeito à necessidade premente de dominar os comandos governamentais; o outro será implantar de maneira associada o programa político partidário, para que a diferença seja sentida pela população no dia a dia. A máquina burocrática de um Estado herdado, com seus vícios elitistas e de poucas virtudes populares, coloca-se em primeiro plano como um verdadeiro laço a ser desatado pela ideia criadora do Partido dos Trabalhadores, cuja arquitetura política foi alicerçada na transformação da sociedade brasileira, desde a sua criação a fugir do estereótipo de ser apenas mais uma sigla partidária, para ser reconhecido como um partido popular para as massas.

Nos livros que reúnem os textos intitulados Cadernos do Cárcere, Gramsci aponta uma análise em torno da obra O Príncipe de Maquiavel, cuja reflexão sobre a hegemonia político-cultural entrelaça o discurso sobre como romper o monopólio político exercido historicamente pelas elites que forja uma ideia universal e, de certa forma, exclui toda e qualquer experiência popular. Somente uma luta incansável e fortemente organizada pode ser capaz de elaborar e formar a consciência necessária ao estabelecimento de uma nova ordem sobre o Estado. Gramsci traça uma visão: “E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (2016, p. 17).

A reação contra um período extenso de posições políticas subjugadas ao pensamento econômico com caráter mais de opressão do que de inclusão, também se tornou fator determinante para que produzisse no seio da sociedade brasileira,

um processo histórico de mudanças locais a reverberar regionalmente até ganhar caráter nacional. A correlação de forças sofreu abalos provenientes de insatisfações acumuladas ao longo do tempo, constituindo assim novos grupos, modelos de gestão governamental comprometidos com o processo de organização dos trabalhadores. Gramsci (2016) já traçava um diagnóstico astuto sobre essas relações de força e seus movimentos atrelados aos efeitos econômicos.

A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus. Podem-se produzir novidades ou porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade através de meios legais (GRAMSCI, 2016, p. 45).

O debate econômico não pode ficar esquecido, pois é uma peça também importante para compreender o jogo político local. Os micropoderes exercidos pela classe dirigente local estão intimamente relacionados aos interesses econômicos ali expressos nas movimentações políticas que disputam o poder central. É no encontro dialético entre o capital e a divisão social do trabalho que travam a batalha pela hegemonia.

Nesse quadro de análises, podemos encontrar a fonte para pensar o nascimento do partido voltado para as massas populares, comprometido com o programa elaborado por intelectuais orgânicos influenciados pelo movimento de rebelião contra o Estado de caráter capitalista, dirigido por uma minoria que exerce o poder sobre a maioria da população. Não é por acaso, se quisermos rememorar o que ocorreu no Brasil, tanto no aspecto da resistência à ditadura, quanto ao processo paralelo de organização partidária dos trabalhadores, construiu-se uma nova ideia sobre a disputa no jogo da política até então estabelecido.

Gramsci já pregava a necessidade de organizar os trabalhadores numa espécie de “revolução pacífica” no que tange ao movimento partidário para disputar a direção do Estado, dentro do princípio maior do aprofundamento da participação daqueles que deveriam ser tanto os maiores interessados, como também os maiores beneficiados por uma democracia ressignificada pelo socialismo. Seriam as massas

sociais nas lutas organizadas por blocos históricos, interagindo com grupos internacionais na conquista da hegemonia. Vamos a reflexão gramsciana:

Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico (GRAMSCI, 2016, p. 88).

A experiência do Partido dos Trabalhadores no Brasil passa pela influência das ideias políticas esboçadas por Gramsci à medida que estabelece caminhos pautados pela ampla participação popular, a partir da organização dos trabalhadores com um programa elaborado por intelectuais orgânicos gestados pelo movimento, cujo compromisso está assentado numa sólida base com a característica fundamental para um partido à esquerda: maximização da participação popular na gestão do Estado.

É um elemento forte, a participação popular, para enfrentar o poderio econômico (industrial, agrícola, financeiro, técnico e cultural) arraigado no Estado herdado. O que parece no primeiro momento uma luta inglória, na realidade mostra-se como a força motriz de uma nova história a ser escrita, com os defeitos e qualidades de uma caminhada que começa com o primeiro passo de uma utopia edificante para todos os que dela se alimentam, na certeza de que a transformação não se dá, ela é conquistada com duras batalhas.

Gramsci aponta outra característica básica para o sucesso na empreitada para consolidar uma democracia com viés socialista, são necessárias competências. “Para comandar, não basta o simples bom senso: este, se existe, é fruto de um profundo conhecimento e de longo exercício” (GRAMSCI, 2016, p. 110). É o ponto também crucial para a conquista e permanência no poder. A consciência de que governar é arte, ciência e fruto de muito trabalho pensado coletivamente. É a tarefa do conjunto que pode desequilibrar o *status quo* e promover as transformações

reivindicadas pela classe trabalhadora ao longo dos séculos. Corrobora para essa ideia fruto de uma leitura apresentada por Sader (2012):

Corolário: todo grande homem político não pode deixar de ser também um grande administrador; todo grande estrategista, um grande tático; todo grande doutrinador, um grande organizador. Este pode ser antes, antes ao contrário, um critério de avaliação: os teóricos, os criadores de planos, são julgados pelas suas qualidades de administrador, e administrar significa prever os atos e as operações, até aquelas “moleculares” (e as mais complexas, é claro) necessárias para realizar o plano (SADER, 2012, p. 107).

As breves reflexões sobre a capacidade administrativa levam-nos a crer na preocupação sobre a gestão do Estado, conquistada pelos trabalhadores organizados, com o intuito de exercitar uma nova hegemonia popular, à luz da teoria elaborada por Gramsci, transforma a realidade aprofundando a democracia. São características próprias de um pensamento que deseja ser um novo momento político voltado para as necessidades populares. É o grande encontro dos interesses coletivos a ser não somente gestados previamente, mais importante ainda terá sido a implantação e sua respectiva manutenção.

A observação de Sader (2012) sobre o pensamento de Gramsci não é apenas uma descoberta, na verdade é a reafirmação da necessidade dos movimentos populares que lutam para introduzir uma nova hegemonia sobre o poder exercido diante de uma comunidade, estejam preparados e reduzam ao máximo os erros, pois o que está em jogo é a possibilidade de transformar a vida de pessoas excluídas do processo democrático. Nesse aspecto, a pedagogia do poder deve estar a serviço da educação popular no que concerne a preparar os trabalhadores na interação com uma teoria socialista para os objetivos a serem alcançados, antes, durante e após a conquista do poder. Outro destaque, com base nas leituras sobre Gramsci:

Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governativo (essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando estiver exercendo o poder, mesmo se

o mantém fortemente na mão, torna-se dominante, mas deve continuar a ser “dirigente” também (SADER, 2012, p. 130-131).

O posicionamento político apresentado nos textos de Gramsci é cuidadosamente pensado na forma global da luta travada contra a hegemonia capitalista, descreve seu funcionamento para que as massas possam compreender os mecanismos e determinadas engrenagens que movem o poder estatal. É nesse cenário de construção contra-hegemônica que é possível a tomada da consciência de qual estado de vida se encontram os trabalhadores, no sentido que renasça a indignação contra um Estado que se propõe a estratificar economicamente as pessoas, inclusive condenando-as injustamente à miséria.

Uma democracia pautada pelo socialismo exige um movimento constante e sujeito a mudanças táticas no meio do caminho, para que possa chegar ao seu objetivo fim de consolidar uma nova hegemonia com caráter popular sobre o regime liberalizante. A partir do momento que o Estado passa a ser refém de um sistema que escraviza pessoas dentro do espectro ideológico do capitalismo, é mais do que necessário criatividade, competência e vontade política para além de organizar os oprimidos, lutar para reverter a lógica imposta pelos opressores. A disputa pela hegemonia segue a sua complexidade:

[...] a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil (SCHLESENER, 2007, p. 30).

Não é de se estranhar que Gramsci faça determinadas intervenções com base em estratégias militares para equiparar o tipo de guerra que enfrentamos no campo político. Esclarece que a revolução virá com uma das principais armas, desprezadas muitas vezes pelas lideranças políticas, a inteligência a serviço das causas populares. É urgente destruir o Estado capitalista que exclui e condena milhões a pobreza, para implantar nova forma de autogestão sociopolítica pautado

no socialismo democrático. E sabiamente Gramsci relê e interpreta os escritos de Maquiavel para contribuir com a luta das massas populares:

O Príncipe, para bem governar, precisa considerar as forças vigentes e o seu papel na formação do Estado. Entre o apoio da aristocracia e o do povo, Maquiavel não hesita em aconselhar o Príncipe a preferir o segundo, pois quem chega ao poder com a ajuda dos ricos acaba sempre tendo que fazer concessões para conservar sua conquista, porque os ricos pretendem manter privilégios e ampliar seus domínios, sendo difícil satisfazê-los, sem prejudicar outros súditos; quem assume o poder com o apoio do povo, porém, pode governar com mais tranquilidade, pois o povo não aspira ao poder por avidez ou cobiça, mas apenas para evitar a opressão (SCHLESENER, 2007, p. 94-95).

É um conjunto sofisticado de ideias permeadas pela simplicidade que todo intelectual orgânico deve praticar no sentido de elevar as massas populares ao controle do poder estatal. Gramsci exemplifica e direciona a esquerda para um caminho de grandes batalhas para transformar o Estado. Elaborar e caminhar ao lado do povo, numa nova pedagogia que tem por missão militante reconstruir o Estado com a força da participação popular.

Gramsci nos seus escritos, ao avaliar as relações de poder existentes no Estado, onde existe o conflito entre a classe dominante e a subordinada, não citou a palavra contra-hegemonia, o termo é justamente posterior às suas teorias. Coloca-se a contra-hegemonia conforme ideia esboçada por Williams (1979), que na sua obra sobre Marxismo e Literatura, apresentou o conceito como algo complementar a noção de hegemonia apresentada por Gramsci, sendo que para aquele autor sempre que existir o poder hegemônico haverá a sua oposição classificada como contra-hegemônica. Williams (1979) frisa que o processo hegemônico sofre uma resistência que não deve ser ignorada no contexto social e político:

Temos de acrescentar ao conceito de hegemonia, o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática.

[...] A realidade de qualquer hegemonia, no sentido sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade (p. 116).

Desde a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) é possível identificar indícios da influência da teoria Gramsciana. A presença dos trabalhadores organizados e a estratégica participação no sistema político vigente, pugnando pela disputa política e eleitoral do Estado brasileiro. Organizando as bases populares, avançando nas conquistas de governos municipais, estaduais até alcançar o executivo federal. A grande oportunidade na luta contra-hegemônica com a chegada do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva ao centro do poder na república, mesmo com as limitações impostas pelo sistema, tornou-se uma experiência digna de registro histórico e político na América Latina. A alimentar a esperança de que é possível inverter prioridades e proporcionar a inclusão social de milhões de brasileiros.

2.1 - A Participação como instrumento na disputa pela Hegemonia.

O regime democrático brasileiro foi construído sobre duas bases fundamentais, a Constituição Brasileira estabeleceu que a democracia fosse representativa e participativa. Infelizmente, esta última sempre foi relegada ao segundo plano, em muitos casos, negada. Desde a promulgação da Constituição Federal vigente, os movimentos sociais são os protagonistas na busca incessante pelo aprimoramento dos organismos do Estado, na tentativa de construir elos para o estabelecimento de uma democracia participativa, ou seja, direta.

A essência da democracia direta está no elemento chave que é a participação, na reflexão acerca do poder exercido no Estado para redirecioná-lo no sentido de atender aos interesses da maioria. É o processo da luta contra-hegemônica que está no jogo político e econômico, a redimensionar o espaço governamental. É a resistência ao sistema capitalista, na sua versão atualizada como neoliberal, a condenar os estados nacionais a “controles” estabelecidos pela lógica nefasta do mercado financeiro:

O capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático. Sempre que o princípio do Estado e o princípio do mercado encontraram um *modus vivendi* na democracia representativa, esta significou uma conquista das classes trabalhadoras, mesmo que apresentada socialmente como concessão que lhe foi feita pelas classes dominantes. A democracia representativa é, pois, uma positividade e como tal deve ser apropriada pelo campo social da emancipação (SANTOS, 2013, p. 269).

No caso da teoria gramsciana, não há como pensar a construção de uma contra-hegemonia política e eleitoral sem discutir o instrumento pedagógico exercido pela participação, como princípio, meio e fim a ser alcançado por governos que desejam radicalizar a democracia, para se tornar no mínimo progressista. A política exercida no sistema democrático deve refletir o conjunto das relações estabelecidas na sociedade.

O Partido dos Trabalhadores, na caminhada para a construção da hegemonia popular, procurou promover a democracia com essência socialista, nos documentos políticos a altivez de quem pensa, elabora e executa um programa contra-hegemônico a subverter a ordem neoliberal que grassa no país. É a cidadania ativa, com o cidadão participativo, a expressar e reafirmar a presença do indivíduo voltado para as questões e soluções coletivas.

Deve-se rejeitar a participação que fica restrita ao voto no período eleitoral, além disso, os movimentos sociais e partidos de esquerda buscam alternativas de luta que aprofundem um novo contrato social com espírito público, a consolidar os interesses de uma maioria historicamente excluída dos centros de poder. Os dois pensamentos abaixo coadunam com a experiência das democracias praticadas e refutam o limite imposto pelo exercício do voto:

A ideia de igualdade que sustenta a democracia burguesa principalmente na prática do sufrágio universal e da crença comum de que o número seja a “lei suprema” e a expressão da vontade comum – que se traduziria na quantidade como garantia da qualidade e da igualdade de representação -, não se efetiva na prática política. Além da desigualdade instaurada, ausência de transparência e de mecanismos de controle da representação transforma o voto em mero simbolismo legitimador da ação de políticos que agem em nome de interesses individuais ou de grupos (SCHLESENER, 2007, p. 09).

Boaventura de Sousa Santos também ressalta que a democracia tem que romper o círculo vicioso da participação restrita ao voto,

A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa (...) (SANTOS, 2013, p. 270).

Os fundamentos de um estado capitalista não mudam da noite para o dia, portanto, é necessário por parte dos governos progressistas associados aos movimentos sociais introduzirem mecanismos de participação popular (gestão compartilhada) para que possamos iniciar a transformação estrutural do sistema.

Acreditar no poder do trabalho coletivo, com toda a complexidade que cabe na diversidade.

O Estado brasileiro não deve ser considerado imutável, estático. Ele está sempre sujeito a transformações, ora conservadoras, ora progressistas, assim o consideramos orgânico e em constante movimento. O objetivo contra-hegemônico é conquistá-lo para o controle das massas populares, maiores interessados na participação dos destinos, consequentes resultados políticos e econômicos voltados para a inclusão social.

A participação é a melhor tática política para alcançar estrategicamente o poder governamental, cuja manutenção depende dos instrumentos utilizados para sair da posição verticalizada da representação para o horizonte da democracia participativa. Situação que é eficazmente alcançada pela ação conjunta do partido político comprometido com as massas populares, elaboram juntos os programas governamentais a serem implantados, pela via sempre da radicalização da democracia, em busca do socialismo formulado nos documentos de criação do Partido dos Trabalhadores.

A democracia socialista só pode ser construída com a participação e a responsabilidade coletiva pela vida da sociedade, pela criação de condições de autonomia e organização política da sociedade civil, num processo que possibilite superar a alienação política na superação da divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, numa prática que se identifica com o autogoverno (SCHLESENER, 2007, p. 35-36).

É especialmente necessário convencer a população de que sua Constituição Federal deve passar por uma constante vigilância popular sobre o papel e modelo de cidadania a ser conquistado pela mobilização, para apontar as deficiências e as soluções coletivas que devem ser encontradas, como bem nos diz Sader (2012): “Nenhuma ação de massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos que deve aplicar” (p. 140).

O histórico da república brasileira é de centralismo, no seu extremo vertical de exercício do poder. A experiência popular acumulada pelo PT tratou de inventar uma nova forma de gestar o Estado, a luta pela participação direta da população nos

destinos do governo implica justamente no alargamento dos princípios democráticos. É a mobilização por uma nova forma de intervir e consolidar a cidadania que passa a ser emancipadora, constituída pelo ideário socialista contrapondo a hegemonia capitalista. Santos (2013) destaca a importância da comunidade no entendimento de como é possível pensar e fazer diferente:

A nova cidadania, tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a ideia da igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade (SANTOS, 2013, p. 279).

Não é possível falar de participação para a construção de uma nova hegemonia popular sobre os poderes do Estado, sem apresentar a maior experiência da esquerda brasileira à frente de um governo. A implantação do Orçamento Participativo é um marco referencial na luta contra-hegemônica. De fato, é a gestão pública que passa ao crivo da democracia participativa, com a contribuição dos movimentos sociais.

Os cidadãos de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, na conquista da prefeitura em 1988, passaram a experimentar uma gestão pública com base popular, nascida das lutas organizadas pelos movimentos sociais, até chegar ao poder local fruto de uma ampla frente partidária com foco nos princípios da participação como meio e fruto da experiência socioeconômica. Pont (2007) como partícipe daquela experiência, faz um relato de quem viveu a histórica gestão municipal e quais eram os sinais de transformação presentes naquele momento:

Estavam muito presentes, também, os limites de uma experiência de caráter local num país com alto grau de concentração e centralização do poder político. Possuíamos, no entanto, a convicção de que do ponto de vista tático (democratização, transparência, eficiência administrativa) e estratégico (inversão de prioridades, nova relação da sociedade e o Estado, predomínio de novos atores sociais) a construção de uma democracia participativa era uma necessidade para nosso governo. A existência de uma base legal e a legitimidade da vitória eleitoral nos empurravam para a ousadia de buscar a participação popular (PONT, 2007, p. 04).

Diante de um Estado, cuja máquina tem engrenagens complexas no seu funcionamento, é função do partido construído pelos trabalhadores implantar uma nova pedagogia do poder, voltado para as camadas populares. A expressão da vontade política de aprender e transformar a realidade social e econômica. Somente assim é possível quebrar o centralismo que concentra poderes em pequenos grupos, alargando a capacidade de participação nos rumos da democracia, os trabalhadores unidos no objetivo comum. Essa mobilização é capaz de alterar a realidade, como é avaliada pela citação abaixo:

Esse processo trouxe profundas mudanças no comportamento político-partidário no país. A luta pelo acesso aos serviços básicos necessários para a vida urbana e para o cotidiano de milhões de pessoas (infraestrutura viária, saneamento básico, saúde, educação, moradia etc.) modificou o comportamento das pessoas e alterou, radicalmente, o papel e as demandas que são exigidas do poder local. Nas últimas décadas, em especial no período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o poder central no Brasil trilhou um caminho oposto a esta realidade social (PONT, 2007, p. 09).

Era urgente e necessário diante de um quadro agravante de exclusão social, aplicar uma tecnologia social com base na radicalização da democracia, com perspectiva socialista. Mudar os caminhos até agora definidos por governos pouco preocupados com a realidade econômica que excluía milhares, inclusive com a precariedade na gestão para o oferecimento de serviços públicos. A tomada de decisão acertada pelo Partido dos Trabalhadores a frente da gestão do poder local, trouxe profundos benefícios para alterar a cultura hegemônica que imperava até aquele momento. Como assinala Pont (2007): “Para que os recursos públicos fossem gastos e investidos de acordo com a necessidade da população, nada melhor do que começar alterando profundamente as formas de decisão” (p. 10).

A participação e o controle social sobre o orçamento municipal foram a régua e o compasso para o sucesso da gestão popular em Porto Alegre. Experiência democrática e popular, o Orçamento Participativo espalhou-se pelo Brasil e mundo afora, como inovador e promotor de um novo tempo na gestão pública. A romper com uma estrutura de representação política local que não mais atendia aos anseios da população, uma verdadeira ruptura com a burocracia arcaica e apodrecida que

caracterizava as decisões governamentais. Nesse sentido Pont (2007), reforça a ideia revolucionária do instituto da participação na elaboração da peça orçamentária municipal:

A participação popular, universal, direta através das instâncias regionais e temáticas, em que a cidade está dividida, é a primeira delas. Outra é a ação direta, a prática direta da cidadania reunindo, discutindo, aprendendo a decidir coletivamente, a organizar reuniões e hierarquizar reivindicações. O terceiro elemento é a auto-organização da população. A defesa de que a espontaneidade, a criatividade e a participação não fiquem limitadas ou subordinadas a leis votadas pelas Câmaras Municipais (p. 15).

A correlação de forças políticas no cenário de implantação de alternativas aos já conhecidos modelos de gestão do Estado, passam por transformações consideráveis. E aquele “laboratório” de gestão política estabelecido em Porto Alegre, através do Orçamento Participativo (OP), passa a ser o referencial para diversas prefeituras no Brasil. Como uma esperança na luta dos trabalhadores que avança para superar os desafios da cultura autoritária até então praticada. Nessa linha de pensamento, Pereira (2008) explicita do que se trata essa novidade,

Nossa premissa se expressa na compreensão de que a motivação e o processo institucional de constituição do OP configuram uma novidade política e uma possibilidade histórica de superação da tradição autoritária prevalecente sobre essa forma de conceber e administrar interesses públicos (p. 34).

E como o próprio Pereira (2008) explica a metodologia composta pela simplicidade da ideia, carregada de grande impacto político no meio popular, descrevendo a lógica progressista, o compromisso das gestões petistas, experimentadas no final da década de 1980 com sucesso e posteriormente espalhadas pelo período de 1990 até os dias atuais:

Essas experiências, realizadas ao longo da década de 1990, possibilitaram a sistematização sobre o OP, tal como é aplicado na maioria das cidades: com um ciclo anual que se inicia com as reuniões para informações, levantamento das demandas e eleição de representantes locais. A segunda etapa é composta por reuniões entre esses representantes e técnicos da

prefeitura para discussões acerca das informações técnicas e as negociações entre o poder público e os representantes da população. A definição por parte da população, em geral em assembleias, sobre as prioridades a constarem da Lei Orçamentária Anual que é encaminhada pelo Executivo até o final de setembro para análise e aprovação do Legislativo é a terceira etapa, quando também se elegem as pessoas que irão acompanhar a execução orçamentária (SANCHES, 2004a, p. 22 apud PEREIRA, 2008, p. 40).

É uma estrutura básica que se adapta as mais variadas conjunturas locais, mas o importante é que se apresenta uma política pública alternativa ao *status quo*, consolida a luta contra-hegemônica pensada por Gramsci, reelaborada pelas forças progressistas e de esquerda lideradas pelo Partido dos Trabalhadores.

A conquista da administração local, como primeiro espaço governamental na esfera executiva, representante fiel da hegemonia que impera e determina toda ação de governo, é realmente vitoriosa quando é fruto do acúmulo de forças dos movimentos sociais, encontrando ressonância nas ações partidárias de esquerda. Teoria forjada na prática e vice-versa, a comungar os sonhos dos trabalhadores. Pereira (2008) também ressalta bons aspectos dessa luta influenciada pela *intelligentsia* Gramsciana:

Assim, para Gramsci, os setores dominados, explorados e oprimidos, para além da sujeição aos ditames da visão de mundo hegemônica, podem, e devem forjar, por meio de seus intelectuais orgânicos, portanto vinculados à práxis, à luta dos setores dominados, uma visão de mundo alternativa, composta de ideias, valores, formas de ver o mundo (p. 99).

Nosso objetivo não é o aprofundamento do mecanismo de gestão em que se transformou o Orçamento Participativo, mas mostrá-lo como um dos elementos que ajudam a organizar a gestão pública a partir da pauta dos movimentos sociais. O Orçamento Participativo traduz de certa forma as necessidades básicas e estruturantes para transformar a sociedade brasileira, ao mesmo tempo um elemento de organização das lutas pela inversão de prioridades que norteiam o Modo Petista de Governar.

Seja na primeira quadra da gestão pública em Porto Alegre - RS (1989-1992) com Olívio Dutra, Várzea Paulista - SP (2005-2008) com Eduardo Tadeu Pereira ou

em Canoas - RS (2009-2012) com Jairo Jorge, somente para ficarmos nesse rol exemplificativo, a maioria dos governos petistas buscaram implementar o Orçamento Participativo como motivador para compartilhar o poder junto à população e assim aperfeiçoar suas ações governamentais. É a informação também registrada em livro por Jorge (2014):

Um governo de esquerda precisa construir uma gestão focada no cidadão, ou seja, a vontade popular precisa estar no centro da ação da administração. Devemos nos conectar com os cidadãos, multiplicar os canais de participação para dar voz às críticas, às reivindicações e as ideias para melhorar os serviços públicos. Precisamos levar cada vez mais o cidadão para o centro dos governos de esquerda, dando poder de decisão sobre os investimentos, as políticas públicas e o projeto estratégico da cidade, do estado e da nação (p. 19).

Os trabalhadores organizados no exercício da gestão pública, em nosso estudo representado por experiências locais, devem buscar exercer o papel fundamental de defender uma democracia com espírito e ação socialista. É a nova esfera pública com sentimento popular, a inaugurar a presença de governos de esquerda, sonhado nas lutas contra a ditadura militar e mais do que nunca vigilantes. Jorge (2014) realça que a participação popular continua a ser a principal estratégia de luta contra o capitalismo que permeia o Estado brasileiro:

A participação popular e cidadã não pode ser apenas uma estratégia política ou um instrumento de marketing, ela deve estruturar a ação dos governos democráticos e progressistas. A vontade de todos expressa por cada um, na sua individualidade e ao mesmo tempo de forma coletiva, deve ser o centro da gestão. Um governo com esse perfil precisa ser resolutivo. Na medida em que as reivindicações, críticas e ideias chegam à administração, precisamos dar respostas e soluções (p. 20).

A experiência das plenárias setoriais que desaguam na assembleia geral onde se discutem as prioridades em políticas públicas para a cidade a serem alcançadas pelo poder local, tem-se uma ferramenta colaborativa que une o melhor da capacidade técnica com a participação popular. Os experimentos de norte a sul do país provaram e continuam a provar: é possível colocar a esperança de quem luta pela realização de sonhos, alimento de boas expectativas sobre o poder local. E

nesse sentido, Jorge (2014) aponta que outras peças de planejamento previstas constitucionalmente para os governos nas três esferas federativas, podem também ser exemplos de democracia participativa, no caso o Plano Plurianual (PPA) que orienta estrategicamente as políticas públicas nos quatro anos da gestão:

O PPA Participativo é uma ferramenta essencial para pensar o futuro da cidade, um exercício necessário para a cidadania, que ultrapassa os limites e tensões do presente, do aqui e agora, e projeta a evolução e o crescimento, trazendo os cidadãos para a tarefa e não ficando apenas sob a responsabilidade dos técnicos responsáveis pelo Orçamento. Ao contemplar as receitas e despesas, ao avaliar os limites e dificuldades para a realização dos investimentos, o indivíduo assume o protagonismo e torna-se corresponsável pela gestão (JORGE, 2014, p. 31).

A implantação do Orçamento Participativo foi uma das principais bandeiras de transformação do espaço público levantada pelo PT nas suas gestões locais. Na filosofia e respectivo método simples, os segredos da máquina pública, enferrujada pelo conservadorismo, foram descobertos e pautados pelas demandas populares. O cidadão passa a ser aquele que vive a cidade compromete-se com os destinos da pólis, exerce plenamente a cidadania, repensada por uma modernidade inclusiva.

Em outra obra sobre o Orçamento Participativo, a reforçar a ideia acertada de um instrumento que exercita a democracia direta, Sánchez (2002) aborda sobre o “O Discreto Charme da Democracia Participativa” como a essência que mobiliza as forças de esquerda a refutar um Estado concentrador e promotor de desigualdades:

O surgimento do OP configura uma nítida ruptura com o clientelismo na política brasileira, principalmente com a tradição política fortemente marcada pelo patrimonialismo e pelo autoritarismo burocrático. O Partido dos Trabalhadores tem sido identificado como o principal agente dessa inovação democrática e institucional. A maioria dos partidos políticos brasileiros tem reagido com críticas e oposição à difusão da experiência do OP no país. Ele tem se configurado como proposta dos setores de esquerda, críticos à organização tradicional da política brasileira (SÁNCHEZ, 2002, p. 14).

Na linha do pensamento que o autor tem pesquisado para além de um mecanismo de inovação democrática, o Orçamento Participativo é a experiência máxima a convergir administração local e participação popular com viés

democrático. Mas não podemos deixar de lado que a população guarda expectativas sobre a gestão e os resultados dessa participação direta no presente e futuro da cidade, segundo Sánchez (2002) “[...] a implantação de orçamentos participativos testa profundamente a eficiência, a eficácia e o discurso das administrações que os aplicam” (p. 17).

É bom lembrar que o nascimento do PT após várias reuniões que ajudaram a amadurecer sua estrutura interna partidária, reuniu trabalhadores do campo e da cidade, para subverter a ordem estatal praticada e que feria os direitos da maioria da população. O funcionamento do Estado e seus respectivos aparatos burocráticos estavam (e ainda estão) a serviço de uma elite capitalista. Essa atitude organizativa do partido reforça o franco diálogo com o conjunto da obra gramsciana, interpretada pelos seus estudiosos:

Um grupo só se torna dirigente quando consegue, por meio de seus intelectuais, exercer sua hegemonia sobre toda a sociedade. A função dos intelectuais assume importância considerável a partir da relação político-cultural, na luta por novas relações hegemônicas, como organizadores e unificadores de grupos e classes ou como elaboradores ou divulgadores das ideologias (SCHLESENER, 2007, p. 84).

Romper com uma história herdada e malfadada desde a origem da república não foi, nem será fácil, mas o Partido dos Trabalhadores nasceu para essa tarefa dura e cotidiana de ganhar mentes e corações para a causa nobre da inclusão social, com a dignidade democrática e fundamentada no socialismo. É o espírito do manifesto de fundação do PT e refletido no seu estatuto que é posto em prática, e novamente podemos perceber como Gramsci passeia pelo texto, Sánchez (2002) destaca:

A Declaração Política de 1979 enuncia os traços fundamentais da concepção de democracia e participação que se manterá ao longo da trajetória política do PT. Em primeiro lugar, a democracia é concebida como uma questão que visa “conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática do dia-a-dia, a construção de uma nova concepção de

democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias” (p. 32).

Importante frisar que tratamos de um exemplo de ação política voltada para a democratização do poder estatal, mas na realidade o PT, além disso, construiu um arcabouço partidário e político para instituir o conjunto da obra democrática e popular denominada Modo Petista de Governar. Ações governamentais conectadas com os anseios populares trouxeram desenvolvimento econômico e inclusão social, seguindo o mesmo princípio gramsciano de elevar os trabalhadores com a organização da luta pelo poder que transforma realidades sociais, a produzir uma nova hegemonia democrática e socialista.

O gestor público como liderança forjada pelo meio popular é o principal motivador para implantação de metodologias que alcancem os desígnios democráticos, interagindo representação e participação. Ainda sob uma legislação que atende a interesses neoliberais, é possível com criatividade, estabelecer cenários de ampla participação popular com respectivo compartilhamento de responsabilidades.

O PT experimentou em larga escala ações governamentais que alcançaram o propósito de política pública, sendo suas gestões locais premiadas nacional e internacionalmente. A permanência por mais de 16 anos a frente da prefeitura de Porto Alegre, a maior vitrine de boas experiências de gestão, consagrou o modo petista de governar, amplamente reproduzido e até copiado pelos partidos conservadores, ainda que na essência estes redirecionem para outros interesses.

O que se defende não é uma espécie de assembleísmo, mas um conjunto de medidas que levem em conta a transparência na gestão pública e a intervenção dos atores sociais nos principais instrumentos de planejamento do Estado, em especial o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), através do controle social exercido pela participação popular. Um projeto de governo enraizado pela construção, de baixo para cima, tem mais condições de funcionar adequadamente aos interesses da coletividade, do que o seu comportamento centralizador.

Planejar não pode ser uma ação restrita ao gabinete do governante e especialistas, deve ser a experiência de ir para as ruas, auscultar os desejos e

corresponder aos anseios do povo. Saindo do espectro meramente eleitoral para a consolidação da cidadania, um governo popular transforma pela sua prática que aliada a uma teoria progressista, deixa marcas fundamentais para a construção de um povo livre e corresponsável pelo seu destino público.

Inclusive é também uma forma de enquadrar o parlamento para os reais interesses da comunidade local, rejeitando o jogo nefasto de interesses particulares que subjagam a política ao capital financeiro. A parceria com a sociedade civil organizada, mobilizando os demais cidadãos para uma pauta de desenvolvimento da cidade com inclusão social, restabelece e reafirma o Estado Democrático de Direito, como um ambiente socialmente sustentável e voltado para os compromissos da população brasileira.

3- DO QUE É FEITO O MODO PETISTA DE GOVERNAR.

Na história da política brasileira, no período da ditadura militar apoiada pela elite civil e financeira, os movimentos de esquerda foram marginalizados, portanto, tornaram-se clandestinos, em alguns casos buscaram a luta armada como meio de resistência à opressão praticada pelo poder estatal, na esperança de transformar a realidade do Brasil. O PT decidiu, já nos anos finais da ditadura, como resultado da organização dos trabalhadores, pela disputa da institucionalidade na apresentação de propostas e candidatos, optando claramente pela via eleitoral mesmo reconhecendo as deficiências do processo.

O Partido dos Trabalhadores assimilou, por assim dizer, os escritos gramscianos para se tornar o novo “Príncipe”, o partido revolucionário comprometido com a luta popular ao lado das massas. A atualidade de Gramsci pode ser notada na Resolução Política elaborada para o V Encontro Nacional da agremiação, realizado em 1987. É dado continuidade ao projeto fundador do PT:

Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 02).

Logo na parte introdutória da Resolução, o PT assume seu papel de partido comprometido com a luta pelo socialismo, tal como pensado por Gramsci, um partido de massas, na busca pela unidade da classe operária, disposto a transformar a realidade a partir de um novo programa que disputaria o poder, até chegar ao núcleo da república. Ratificava sua vocação anticapitalista:

28. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – Estado – a seu serviço (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 09).

O modo petista de governar vai tomando forma e coloca a radicalização da democracia para o estabelecimento de um Estado com viés socialista, a contar com a participação popular em todos os setores da sociedade, uma construção partidária e ideológica voltada para a democracia pela base:

51. Nessas condições, o Estado socialista terá de desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 13).

É sob a égide dessa formulação que o PT vai seguir seu destino como partido com teor socialista e de massas, buscará nas eleições locais, regionais e nacionais apresentar seu programa político-partidário e ocupar os espaços institucionais para finalmente governar pelo modo petista. Percebe-se que a essência da análise conjuntural à época segue também os princípios táticos e estratégicos influenciados por Gramsci, o tópico a seguir que faz parte do título “Alianças Estratégicas: A Frente Única Classista” demonstra claramente a interação com a teoria do socialista italiano:

93. Na luta pelo socialismo, deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares, que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos, como a camada semiproletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas contradições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 20).

A atualidade de Gramsci já se apresenta como fator determinante para as ações de organização do PT. O espírito da iniciativa eleitoral com o intuito de

conquistar o maior número de prefeituras e aplicar a experiência do modo petista de governar, cuja fórmula está centrada na participação direta dos trabalhadores a influenciar a gestão pública, tanto no poder executivo como no parlamento municipal. A fortuna das diretrizes apresentadas pela resolução deixa claro quais são as intenções do PT, para a campanha eleitoral de 1988:

177. As lutas coletivas dos trabalhadores são o fator fundamental para a conquista de mudanças políticas e socioeconômicas. As eleições, a conquista de governos municipais e o exercício de mandatos de vereador devem ser vistos como partes integrantes dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes. A posição do PT na disputa eleitoral precisa enfeixar, em um todo único, a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 34).

O texto prossegue reafirmando a participação como elemento de direção hegemônica na disputa e para governar as cidades conquistadas pela via eleitoral, a fazer a diferença e se credenciar como a inovação no modo de governar. Fica evidente a disputa pelo projeto de sociedade, parte do entendimento de como a comunidade se organiza localmente para interagir e intervir coletivamente nas estruturas de poder econômico e político.

É importante salientar que o Partido dos Trabalhadores é um movimento que passa a formular uma governança popular que interage com a população mais necessitada das políticas públicas, aplicando uma nítida inversão de prioridades. A prática do Orçamento Participativo, a constituição de grupos nucleares, passa a influenciar diretamente nos destinos da cidade, acolhe as decisões coletivas e prioritárias que norteiam os governos petistas.

O modo petista de governar é um sistema de políticas públicas experimentadas e cujo maior avalista do seu sucesso ou alcance é o movimento e a participação popular, criadores da inovação e das mudanças que tanto a gestão tem necessitado. Bittar (1992) organiza uma obra que registra os caminhos que percorreram gestores petistas ao lado dos movimentos sociais, para demonstrar que era e ainda é possível fazer diferente mesmo dentro de um Estado dominado pela hegemonia capitalista:

A mudança do papel tradicional que os municípios ocupam na vida política brasileira, implica, em particular, colocar o clientelismo e o corporativismo em nossa alça de mira, lutando no próprio campo popular contra o imperativo das necessidades imediatas, da mercantilização da política e da

visão parcial dos problemas. O efetivo exercício da soberania popular, a defesa dos direitos humanos, privilegiando o direito à vida, o controle do Estado, combinando as formas de democracia representativa com formas diretas de participação e gestão, a pluralidade dos canais de representação social que impulsionam o movimento popular a gerar propostas globais para a sociedade são tarefas políticas e culturais (BITTAR, 1992, p. 21-22).

É um amplo programa a ser aplicado a partir do poder local, nos municípios conquistados pelo PT, em consonância com o interesse nacional do partido dirigente, como podemos observar no trecho abaixo:

Nosso projeto de governo municipal democrático e popular, para ser implantado, supõe a interferência radical no modo como o Estado exerce suas funções: de reprodução e acumulação no plano econômico, de coerção e legitimidade no plano político. Este projeto deve conter elementos de ruptura político-cultural, configurando o modo petista de governar e a perspectiva estratégica de reforma do Estado (BITTAR, 1992, p. 22).

O modo petista de governar não deve ser concebido apenas como uma forma de adequar-se ao Estado liberal constituído, mas como os primeiros passos de muitos a serem dados no caminho para radicalizar a democracia brasileira. Combater a desigualdade para tornar a luta política menos desigual e confrontar o *establishment*, aplicando a inversão de prioridades como marco para planejar a cidade, organizar a gestão para responder efetivamente as demandas sociais. Assim declara Bittar (1992):

A mudança dos procedimentos não é apenas administrativa, é política e cultural. Inverter prioridades significa se contrapor a uma imagem de administração elitista e transformar os valores que norteiam o julgamento feito pela população de uma administração, consolidando uma outra vinculada ao respeito dos direitos sociais e da cidadania (p. 27).

E complementa como é compreendido esse embate de ideias sobre a gestão pública municipal, na luta contra-hegemônica:

O embate com os valores que sustentam a hegemonia conservadora a nível local se transforma em um conflito que perpassa toda a nossa ação. Configura-se uma nova cultura política, construída em oposição à noção de identidade municipal, à história das elites dominantes e de seus espaços de convivência, à visão de segregação dos bairros populares, à valorização das grandes obras de fachada, ao populismo, ao clientelismo e, mais recentemente, à ideologia privatista (BITTAR, 1992, p. 29).

Assim podemos notar que o PT surge dessa ampla organização de forças populares comprometidas com a transformação econômica e social do país. Adotam a estratégia da disputa pelo poder que muda a vida das pessoas, entendendo que somente através da política é possível melhorar as condições de vida, cuidar do presente para preservar um futuro qualitativo. Nessa preocupação os governos locais, estaduais e federal, conquistados pelo Partido dos Trabalhadores estão concentrados em fazer a diferença no cenário cuja hegemonia é centralizada pelos ditames do capitalismo que exclui os trabalhadores do poder de decisão.

Reafirma-se que o modo petista de governar não é uma receita pronta, até porque as realidades locais são diferentes, principalmente num país de características continentais. É, na verdade, inspiração teórica, com base também em Gramsci, enraizada na elaboração coletiva de trabalhadores, movimentos sociais que formam os intelectuais orgânicos com a vontade política de afirmar novos princípios para redirecionar o Estado para uma nova hegemonia a contrapor a existente. Tudo pensado com o cuidado que lhe é devido:

O modo petista de governar é mais do que uma inversão de prioridades administrativas, com a implementação de políticas públicas redistributivas a favor dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população. O que diferencia o projeto petista de poder dos demais é que este identifica na sociedade civil, com sua pluralidade de interesses, opiniões e vontades, e na cidadania dos trabalhadores e dos movimentos sociais, os atores privilegiados na formulação das políticas de governo e na constituição de uma nova ordem social e política. O modo petista de governar é, portanto, uma proposta de transformação das condições de vida social por iniciativa dos homens e mulheres historicamente excluídos do poder sócio-político (BITTAR, 1992, p. 210).

Nessas circunstâncias, destacamos alguns campos de trabalho organizados e registrados dentro do escopo das experiências que compõem o conjunto do modo petista de governar. São ações aplicadas no modo petista de governar, contemplando as mais diversas áreas da gestão pública: habitação, educação, transportes, assistência social, saúde, saneamento, meio ambiente, mulher, cultura, funcionalismo, finanças e orçamento, participação popular, desenvolvimento econômico, administração entre outras experiências bem sucedidas. O conjunto da obra representa uma nova concepção de gestão pública do Estado voltado para a maioria da população, a exercer ativamente seus direitos e cumprindo os deveres.

Alguns eixos são apresentados, no que diz respeito a uma nova concepção com base socialista e a luta pela hegemonia junto a sociedade, numa clara ruptura com o Estado herdado, fruto do conluio das elites para dominar os poderes da república. O que é visualizado pelo modo petista de governar no eixo “Desenvolvimento Econômico” com o subtítulo “Uma questão de qualidade” é importante citar:

Desenvolvimento não deve ser compreendido somente como progresso econômico; não é sinônimo de industrialização. É, antes de tudo, melhoria da qualidade de vida em sentido amplo. Podemos dizer que o desenvolvimento está diretamente relacionado ao nível de atividade socioeconômica que garanta o aumento da renda média familiar, assim como o acesso da população a alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, cultura, lazer e a participação substantiva no encaminhamento das soluções dos problemas que afetam sua comunidade (BITTAR, 1992, p. 225-226).

Importante observar que o desenvolvimento econômico proposto pelo modo petista de governar abarca uma série de fatores econômicos, sociais e culturais que compõem um conjunto protetivo da vida em sociedade. Um programa político elaborado e comprometido com a inclusão social, sem abandonar os fatores econômicos que devem estar alinhados a uma proposta de governo sob a hegemonia socialista. A garantia não somente do emprego e geração de renda, mas também a preocupação em dotar os municípios de serviços públicos a serem ofertados, com a qualidade necessária para um desenvolvimento local satisfatório.

Ainda na parte que tem como tema “Instrumentos para a atuação sobre o desenvolvimento municipal”, aponta que é necessário planejar o município em todas as áreas formando uma convergência em torno do desenvolvimento proposto:

Ele parte do princípio que o planejamento é um processo contínuo e participativo, exercício pleno da cidadania. Neste sentido, a criação de um fórum permanente onde os agentes políticos do município, sejam eles econômicos ou sociais, apresentem e disputem suas propostas junto ao poder público na construção de um projeto de desenvolvimento municipal em que todos os agentes tenham uma participação e um papel a desempenhar, será uma iniciativa importante (BITTAR, 1992, p. 229).

Outro tópico a ser discutido é o que trata das finanças e orçamento, para além do já relatado Orçamento Participativo, busca-se o aprofundamento da transparência com a respectiva participação e acompanhamento da execução orçamentária. Incluindo a busca pela justiça tributária no âmbito municipal, para que também o

município fosse capaz de melhorar a arrecadação e ampliar a capacidade de investimentos, Bittar (1992) registra as dificuldades iniciais e os caminhos perseguidos nessa temática:

O primeiro ano do nosso governo não foi consumido só na administração do caos. Foi um período de construção e elaboração de propostas concretas que, com transparência, demonstrassem que a coragem de tributar estaria presente na viabilização da inversão de prioridades, onde a elevação do nível de serviços oferecidos pela municipalidade, em especial na área social, tem papel de destaque (BITTAR, 1992, p. 233).

O que foi pensado dentro do escopo da justiça tributária foi experimentado na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tornado progressivo, transformou-se localmente numa espécie de justiça fiscal a serviço do programa político de governo, a caracterizar o modo petista de governar:

Por ser um imposto direto sobre a propriedade, é possível cobrá-lo de forma progressiva. Este conceito assegura que imóveis de maior valor (seja em função da sua localização, da disponibilidade de infraestrutura urbana, ou de qualquer outro fator) paguem imposto mais do que proporcional aos de menor valor. O IPTU progressivo, na medida em que leva em consideração a capacidade contributiva dos proprietários, atinge dois objetivos primordiais: além de viabilizar o aumento da arrecadação, contribui para a melhora da distribuição de renda (BITTAR, 1992, p. 225-234).

Para uma breve conclusão das áreas escolhidas que se tornaram conhecidas como exemplos de gestão pública em todo país, na sua concepção, o modo petista de governar buscou a eficiência a frente da máquina administrativa, tendo em mente a ideia de Estado necessário ao atendimento desejado para a maioria da população. A política de inclusão social com o mais completo oferecimento de serviços públicos foi a máxima a ser seguida pelos gestores petistas, conectados pelo projeto nacional de construção de uma nova hegemonia sobre o poder estatal:

O Estado tem uma tarefa a cumprir, garantindo serviço de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde, educação e outras que não devem ficar exclusivamente a cargo da iniciativa privada. No cumprimento dessa tarefa, o Estado tem a obrigação de ser eficiente para atender adequadamente à população (BITTAR, 1992, p. 265-266).

E para completar o raciocínio que identifica os elementos da concepção de hegemonia em Gramsci, presentes no programa governamental petista, um dos objetivos centrais de como fazer o modo petista de governar enraizado como uma

referência na luta dos trabalhadores dedicados a conquistar e modificar a forma como o Estado funciona:

- Clarear o projeto de gestão com vistas à construção da hegemonia política. Colocar a competência técnica e política a serviço da disputa dessa hegemonia, procurando alterar a correlação de forças e concretizar os objetivos partidários. Administrar referenciando-se no estratégico e não se resumindo ao imediato (BITTAR, 1992, p. 276-277).

É um novo momento na gestão pública brasileira para superar um Estado herdado com seus vícios e poucas virtudes, cujo aprofundamento da democracia representativa e participativa sonhada por milhões de brasileiros e brasileiras, cumpre a dura pena de superar no dia a dia a histórica desigualdade social, que impera e impede o Brasil de se tornar o país do presente a garantir um futuro melhor para as gerações vindouras. Eis o desafio colocado para um partido de massas e de esquerda. E Bobbio (1999) escreve com base nas palavras de Gramsci dos Cadernos do Cárcere, sobre uma teoria do Estado para construir uma nova história:

[...] o Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho, um instrumento; é o representante não de interesses universais, mas particulares; não é uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por esta e, portanto, a esta subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente (p. 47).

Para que se possa compreender numa síntese o que expressa o modo petista de governar, reiterando o somatório de concepções esboçadas nas resoluções políticas e demais textos sobre o tema, apresenta-se o programa abaixo transcrito, a esclarecer sob quais diretrizes democráticas e contra-hegemônicas são movidas as prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores:

Estamos criando uma nova concepção de gestão democrática. O modo petista de governar, que se afirma:

- pela necessidade de alterar o próprio modo de legitimação do poder político local, baseando-o numa cultura política dos direitos coletivos e individuais;
- pelo fortalecimento político real do Legislativo e desmonte dos procedimentos que transformam os vereadores em despachantes do Executivo;
- pelo reconhecimento do caráter estratégico da ética para afirmação de uma política transformadora, resgatando o mais absoluto respeito à moralidade no trato da coisa pública;
- pela instituição do direito à participação, combinando elementos da democracia representativa aos da democracia participativa, aprofundando

as formas de controle da sociedade sobre a prefeitura, como aquelas desenvolvidas, em todas as prefeituras petistas, por ocasião do orçamento municipal através de conselhos, audiências públicas e plenárias nos bairros (BITTAR, 1992, p.25).

Os movimentos sociais dos trabalhadores organizaram o PT para cumprir a tarefa da democratização do espaço público, transformar a sociedade, mesmo num ambiente econômico cuja hegemonia capitalista ainda perdura, mas não sem a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras prontas para superar o Estado conservador herdado. Nesse momento, o modo petista de governar configura o programa político amadurecido e experimentado nas gestões locais, onde a população sente-se próxima ao poder estatal, ajudando a conduzir pelo caminho da democracia participativa na busca constante pelo Estado Necessário que atenda aos anseios do povo para eliminar as desigualdades socioeconômicas. A Fundação Perseu Abramo (2016) publicou uma série de textos que apresentam a visão atualizada sobre o modo petista de governar:

A participação popular e a democracia direta foram, sem dúvidas, marcas fortes e presentes em muitas das gestões locais que tiveram à frente o Partido dos Trabalhadores (PT) por todo o Brasil. Essa é uma característica particular do chamado “modo petista de governar”, que marca as gestões petistas a nível local e estadual, fortemente identificadas pela diferença de métodos, conceitos, projetos e prioridades em relação as formas tradicionais, clientelistas e precárias de fazer política (p. 35).

Nesse ponto, encontramos as convergências políticas que fazem o modo petista de governar, pautado pela participação das massas populares juntamente com os trabalhadores, a presença da formulação filosófica e política de Gramsci, percebidas claramente. O Estado precisa ser transformado por uma nova força política de esquerda, a unir os trabalhadores e demais movimentos populares no processo revolucionário de mudanças culturais.

3.1 - Modo petista de governar: Entre o Estado Herdado e o Necessário.

O Partido dos Trabalhadores (PT) começou a ser organizado no fim da década de 1970 e no início da década de 1980 toma corpo oficial com registro jurídico, passa a participar das disputas eleitorais conquistando a primeira gestão local em 1982, em Diadema - SP. Mas em quais circunstâncias históricas nasceu o PT? O Brasil encontrava-se no processo de abertura democrática após viver sob um golpe de Estado, com uma ditadura militar apoiada pelo empresariado que durou 21 (vinte e um) anos.

O PT criado antes da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Carta Magna com espírito democrático, trabalho concluído em 1988 com a promulgação da nova Constituição. O Brasil tentava abandonar o passado nefasto e sangrento da ditadura militar apoiada pelos civis entrincheirados no capitalismo nacional. Mas a luta contra o ciclo vicioso que condenava o país a permanecer atrasado, continuava vivo na sociedade:

O enfrentamento do processo de subdesenvolvimento, que acompanha o Brasil de longa data, confunde-se com a história de formação e expansão da classe trabalhadora. Somente no final do século XIX, quando as cidades passaram gradualmente a se desvincular da dominação da ordem rural tradicional, foi que os partidos existentes buscaram distanciar-se lentamente da feição patriarcal que marcava a vida política ancorada na figura do chefe político local e seus asseclas (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 09).

Ainda para completar a visão do cenário, aproveitando as ideias que tratam dos desafios da gestão pública local, para sair desse quadro de um Estado com raízes arcaicas com base na exclusão social, pode-se compreender o sentido histórico que forjou a instituição de um partido comandado por trabalhadores. Sabiam da necessidade de superar os anos de ditadura e demonstrar a possibilidade de inovar na gestão pública criando a partir do poder local, as transformações que poderiam alcançar o poder nacional. Era uma situação estatal

lastimável, fora dos preceitos democráticos, que golpeava o cotidiano dos brasileiros:

Quando o tema urbano ganhou dimensão na agenda pública, o golpe de 1964 interrompeu a trajetória dos trabalhadores na administração das cidades no país. Após 21 anos de ditadura, o modelo de cidade que consolidou foi o da segregação espacial, com o aprofundamento da apartação entre ricos e pobres, o distanciamento da classe trabalhadora dos serviços públicos e a sua exclusão do modo de vida urbano decente (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 10).

O “Estado Herdado” é composto de aspectos conservadores e principal articulador da histórica desigualdade social que puniu milhões de brasileiros, condenando-os a pobreza extrema. É a marca de uma gestão pública dirigida por elites políticas e empresariais, preocupadas exclusivamente em explorar o máximo da riqueza produzida pela sociedade brasileira. As características desse Estado que herdamos são bastante claras:

Para além das preferências ideológicas, a combinação que herdamos do período militar, de um Estado que combinava autoritarismo com clientelismo, hipertrofia com opacidade, insulamento com intervencionismo, deficitarismo com megalomania não atendia nem ao projeto da direita nem ao da esquerda (COSTA, 2014, p. 16).

A esquerda lutava por um Estado com base democrática e socialista em franco combate às desigualdades socioeconômicas, a direita queria uma modernização do Estado com a conservação dos poderes voltada para preservação de privilégios. Essa última ideia de modernização do Estado trazia como pano de fundo uma reforma do Capitalismo, aliando-se a ideologia presente no cenário internacional, o neoliberalismo:

A destruição deste Estado, que pregava a doutrina neoliberal e que empreendeu os governos civis que sucederam à débâcle do militarismo, não encontrou muitos opositores. Para a direita, era a questão inequívoca. Não havia porque defender um Estado superinterventor, proprietário, deficitário, “paquidérmico”, que ademais se tornava crescentemente anacrônico na cena internacional. Na verdade, já há muito, desde que, no cumprimento de sua função de garantir a ordem capitalista, havia sufocado as forças

progressistas e restaurado as condições para a acumulação de capital, ele se tornara disfuncional (COSTA, 2014, p. 17).

O processo de democratização política, em especial, a participação como principal liderança do campo progressista, o PT levou seus ideais de uma democracia socialista para a gestão, na busca pelo estabelecimento de um “Estado Necessário” a superar os vícios da gestão pública que acompanhavam o “Estado Herdado”. A começar pela conquista dos governos locais aplicando o modo petista de governar, chegando aos governos estaduais até quando consegue a duras penas o governo federal. Vejamos a análise feita:

A democracia é uma condição necessária para construir um Estado que promova o bem-estar das maiorias. Só o conjunto que ela forma com uma outra condição necessária – a capacidade de gestão pública – é suficiente. Só a democracia aliada à eficiência de gestão pode levar ao “Estado Necessário” para a transformação da sociedade brasileira no sentido que queremos.

Sem democracia não há participação e transparência nas decisões, não há avaliação de políticas, não há prestação de contas, não há responsáveis, há impunidade. Mas a democracia, se restrita a um discurso político genérico e sem correlação com a ação de governo cotidiana, pode degenerar num assembleísmo inconsequente e irresponsável e numa situação de descompromisso, ineficiência generalizada (COSTA, 2014, p. 19).

É claro que Costa (2014) analisa de um *locus* privilegiado do ponto de vista que já têm em mãos as experiências do modo petista de governar amadurecidas pelo tempo. Bem como os enfrentamentos, desafios e derrotas do campo da esquerda, pois ainda faltava a “cereja do bolo”, ou seja, o governo federal para alcançar as possibilidades de transformação do Estado brasileiro por completo. Inclusive Costa (2014) mostra em qual situação era gestado o Estado, nas suas diversas esferas federativas, até aquele presente momento, quais as questões centrais e o que era preciso fazer na gestão pública:

As características do Estado que herdamos faziam com que as demandas da população se tornassem assuntos genéricos, nacionais, a serem resolvidos mediante a distribuição dos recursos arrecadados de forma centralizada. Assim, sem nenhuma preocupação com a elaboração de políticas apropriadas, os recursos fluíam através de uma complexa rede de influências e favores até os líderes políticos locais que discricionariamente

os transformavam em benesses com que atendiam a suas clientelas (COSTA, 2014, p. 20).

Pelo enfoque dado às formas de Estado existentes, “herdado” e o “necessário”, Costa (2014) também rechaça a ideia de que estamos diante de uma instituição neutra, cuja chegada por um governo de esquerda ou progressista irá encontrar um lugar vazio, sujeito a mudanças de acordo a alteração na correlação de forças. É um ledô engano, pois as transformações sociais sofrem resistências por parte de uma estrutura arcaica, pronta para manter o *status quo* quer seja por dentro ou por fora do comando governamental. As amarras estão bem feitas e caberão competências para executar o programa bem elaborado, apoiado pela maioria da população. É um alerta feito pelo autor com o conhecimento acumulado das experiências vividas durante a década:

A visão de que o aparelho de Estado seja um simples instrumento neutro, capaz de, de uma hora para outra, alterar sua orientação e seu *modus operandi* de forma a implementar políticas que contrariam as premissas que o geraram, pode levar a uma postura voluntarista que tende a minimizar as dificuldades que sempre enfrentam os governos de esquerda. O preço do equívoco em que eles têm frequentemente incorrido, de subestimar as relações entre forma e conteúdo, é proibitivo e não pode mais ser tolerado (COSTA, 2014, p. 23).

As características do modo petista de governar repelem de imediato as condições dadas pelo “Estado herdado” e avançam para a construção popular de um “Estado necessário”, sintonizado com as condições de vida e acima disso, responsável por trazer a mudança prometida no manifesto do PT. Sob essas condições é que os trabalhadores passam a acreditar numa nova proposta de gestão pública e começam a escolher os dirigentes municipais com base no discurso e respectiva prática, avaliadas constantemente pelo processo eleitoral:

O modo petista de governar tem como marca a transparência, a honestidade, a participação popular e principalmente a inversão de prioridades, ou seja, é preciso que a gestão pública, seus recursos e políticas sejam voltados para aquelas classes que historicamente foram excluídas do alcance do Estado e do Poder Público (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 35).

Os resultados para as gestões municipais petistas foram transformadores tanto para o gestor que implantou o modo petista de governar quanto para os cidadãos e cidadãs que participaram ativamente dos conselhos setoriais, conferências, entre outros eventos promovidos e organizados pelo compromisso com a radicalização da democracia a partir do local. É na verdade um processo de educação política que teve como referencial a implantação de uma contra-hegemonia com base socialista. Gramsci nas suas anotações falou da importância dessa unidade entre os intelectuais com o povo. Assim, temos uma proposta que constrói o socialismo de baixo para cima, um projeto de governo coletivo iniciado por um amplo programa político que resiste e luta contra as forças capitalistas. No livro da Fundação Perseu Abramo (2016) uma avaliação crítica aponta brevemente os resultados dessas lutas e conquistas na gestão pública:

A dinâmica da participação social permitiu o surgimento de um número significativo de cidadãos e cidadãs com conhecimentos mais profundos sobre os assuntos públicos. Das demandas localizadas e da alienação das questões mais gerais da administração pública, passaram a se interessar pelos grandes temas da cidade. Essa dinâmica criou uma opinião pública livre e crítica às tentativas de manipulação de grupos empresariais e das mídias tradicionais. Fortaleceu as políticas públicas e o papel do Estado, numa época de amplo predomínio do neoliberalismo e da ideia de Estado mínimo. Conferiu transparência sobre os gastos públicos e controle social sobre a administração municipal (p. 102).

A dureza da realidade na burocracia estatal vai além da teoria, por isso a insistência do modo petista de governar em compartilhar poderes, informações e construir em conjunto com a população uma nova gestão pública comprometida com os interesses populares. Assim o governo ao adotar novas atribuições, a implementar políticas públicas priorizando a inclusão social, vai encontrar certas dificuldades na operacionalidade, tendo em vista que o “Estado Herdado” não é transformado de um dia para outro. Uma nova cultura de participação na gestão pública exige um esforço e dedicação militante, nada é dado, é preciso ser conquistado, como nos permite a análise seguinte:

O caótico herdado, somado à falta da tradição de participação popular, à inexperiência do partido, ao despreparo – quando não ao repúdio – dos funcionários das áreas meio e à conjuntura econômica adversa (que exige excessiva concentração de recursos para o atendimento de necessidades prementes da população), não permitiu à maioria dos governos petistas

atingir o intento de priorizar as áreas meio, tarefa que deve ser vencida nos primeiros anos de uma gestão (BITTAR, 1992, p. 269-270).

São os gargalos encontrados na estrutura de uma gestão pública acostumada a funcionar apenas para uma parte da população. O modo petista de governar encontrará resistências e até problemas de funcionamento, pois a mudança que provoca ao inverter prioridades com programas e ações governamentais, cria um estado de conflito que precisa ser superado com reflexão e ação política. É a formação de quadros de novos gestores públicos, a mobilização política constante, a firmeza dos trabalhadores organizados junto ao poder público, a redirecionar o Estado para suprir as necessidades da maioria da população. A observação abaixo vai ao encontro do que é encontrado historicamente na gestão pública brasileira.

Adotando uma postura taxativa, a resposta é fácil. O Estado (capitalista) brasileiro foi conformado mediante a sucessiva resolução de agendas decisórias enviesadas pelos interesses e valores da classe proprietária. E, por isso, ele “funciona”, e muito bem, para a classe proprietária. E só “funciona” para a classe trabalhadora se isso for funcional para a manutenção e naturalização das relações sociais capitalistas; isto é para a manutenção da reprodução do capital. E, além disso, como ocorreu no Estado de bem-estar, quando a classe trabalhadora, organizada, é capaz de pressionar para que isso aconteça (DAGNINO, 2016, p. 36-37).

É o estado permanente de pressão que deve ser promovido pelos movimentos sociais e trabalhadores, para que o Estado saia do papel concentrador de renda e promotor das desigualdades socioeconômicas, para uma nova tarefa de inclusão social. É o movimento popular que deve refletir no modo petista de governar. É preciso encontrar saídas que possam abrir novas possibilidades de romper com o “Estado Herdado” e através do modo petista de governar encontrar a formatação que estabeleça o “Estado Necessário”, conceitos estabelecidos por Dagnino (2016).

O Partido dos Trabalhadores na sua missão ideológica de esquerda tem liderado um processo desafiador de políticas públicas inovadoras em suas gestões locais, que não podem permanecer fora do conjunto da obra que se propôs a construir. Uma governança popular, a privilegiar a democracia participativa na agenda dos governos. Uma profunda mudança cultural deve ser gestada, como apontava Gramsci nos seus escritos, a envolver um processo hegemônico comandado pelos trabalhadores.

As crescentes demandas do processo de democratização política, que ganha momentum à medida que alavanca o de democratização econômica, tenderão a ser filtradas e decodificadas com um viés progressista por uma estrutura que deve rapidamente se aproximar do “Estado Necessário”. Outro tipo de agenda decisória com novas demandas e problemas deverão ser processados por este Estado em transformação. De abstratos e genéricos passarão a ser concretos e específicos, conforme apontam a população que os sente, de acordo com sua própria percepção da realidade, repertório cultural e experiência de vida, frequentemente de muito sofrimento e justa revolta (DAGNINO, 2016, p. 43).

O Estado apontado como importante organizador da classe capitalista que o subjuga para atender aos seus interesses, passa por um processo de capitulação que é próprio da hegemonia de quem domina o poder na república brasileira. Entender seus mecanismos de funcionamento é também tarefa importante para subvertê-los a favor dos trabalhadores, a mobilizar suas forças contra a opressão historicamente mantida pelos organismos estatais. É uma das funções do Estado capitalista que mantém o discurso camuflado, negar a luta de classes no seu interior:

O Estado, portanto, não se reduz à burocracia pública, em que os organismos estatais planejam e programam as políticas públicas, agindo como mero instrumento de elaboração dessas políticas. Ele é fruto de uma relação de dominação e subordinação historicamente determinada, mantida entre classes sociais antagônicas (DAGNINO, 2016, p. 73).

É necessário dizer que ao contrário do que se acredita que o Estado é mediador de conflitos sociais, no caso do capitalismo o organismo estatal encoberta e oprime os contrários ao poder. O simples fato de negar a todo o momento a existência de uma luta de classes no seu interior revela justamente o pacto conservador de privilégios para uns poucos e pobreza para a maioria da população. O modo petista de governar faz parte do desvelamento desse conflito, ao demonstrar na prática que outro Estado é possível e que a luta de classes continua.

As últimas décadas desse embate político e governamental propiciaram apresentar para a população brasileira formas diferenciadas de gestão pública, ainda que conformadas numa disputa eleitoral em que prevalece a desigualdade de condições estruturais, os pontos fora da curva conseguiram sobreviver e firmar um novo pacto social a favor da democracia através da cidadania. Importante registrar que nada foi dado, e continua a ser difícil a manutenção dessas conquistas, muita mobilização social, organização permanente dos trabalhadores, para que fosse possível demonstrar capacidades de gestão com a participação ativa dos cidadãos e

cidadãos na forte disputa pelo orçamento público que atendesse os reais interesses de uma cidade feita para todos. Era o nascimento da ideia de um “Estado Necessário”, moldado por várias pessoas estimuladas pela democracia participativa.

Nesse momento se inicia no Brasil um processo de democratização política que vem possibilitando uma considerável pressão por direitos de cidadania. O aumento da capacidade dos segmentos marginalizados de defender seus interesses e reivindicar o atendimento de suas necessidades por bens e serviços tem gerado uma crescente demanda por políticas públicas compatíveis a essas ações. Para satisfazer tais necessidades com eficácia, e no volume que se demanda, será necessário “duplicar o tamanho” dessas políticas para incorporar os 50% desatendidos da população. Contudo, não é preciso, naturalmente, apenas “ganhar escala”. Também é imprescindível repensar o Estado e as formas por meio das quais ele se relaciona com a sociedade (DAGNINO, 2016, p. 79).

Dagnino (2016) já escreve a partir de um histórico de experiências gestadas em diversos municípios e estados brasileiros que experimentaram o modo petista de governar. Inovações locais ou regionais que também estimularam outros estudos sobre gestão pública no Brasil. O Partido dos Trabalhadores criou a partir da sua histórica ascensão ao poder político e administrativo, um arcabouço teórico combinado com a prática, fundamental para implantar as transformações que a maioria da população excluída tanto sonhava. É o que registra as palavras iniciais do estudo publicado pela Fundação Perseu Abramo (2016):

Neste período que o Partido dos Trabalhadores (PT) acumulou inédita experiência administrativa em diversos governos estaduais e centenas de prefeituras municipais. Ultrapassados os primeiros 23 anos de sua criação, o PT ascendeu ao governo federal que permitiu implementar uma política pública que inverteu prioridades históricas. Em função disso, o País passou a expressar uma inovadora reconfiguração do desenvolvimento do território nacional. Ao se tomar como referência o conjunto dos municípios brasileiros, a constatação torna-se ainda mais expressiva, com o inédito avanço do desenvolvimento produtivo com inclusão social (p. 19).

Essa transcrição serve para registrar o grau de amadurecimento conquistado pelo Partido dos Trabalhadores, tendo como base o modo petista de governar que permeou as gestões municipais, com suas ricas experiências de participação popular. Formou uma rede de políticas públicas inclusivas que permitiram chamar a atenção da maioria da população. Por certo, o conteúdo das políticas públicas constantes do modo petista de governar apontou a necessidade de repensar o Estado Brasileiro em novas bases. Só para ratificar essa posição, o exemplo da

democracia participativa como modelo de gestão foi além do mero formalismo, formulou e avaliou políticas públicas, também na gestão federal assumida nos Governos Lula e Dilma (2003-2016).

Os conselhos e conferências de políticas públicas nos governos petistas apresentaram um crescimento e expansão jamais vistos na história do país, algo que permitiu a milhões de brasileiros e brasileiras, seja ao nível municipal, estadual ou nacional, discutir e deliberar sobre políticas públicas como saúde, assistência social, direitos humanos e segurança alimentar (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 41).

Também é o reforço do controle social (conselhos setoriais) previstos na Constituição Federal de 1988. A contínua prestação de contas, para além de uma questão meramente administrativa, deve ser política a promover uma nova educação sobre a gestão do Estado. Incluindo as preocupações conjunturais a combater uma visão neoliberal que desqualifica o Estado, mesmo que dependa dele para existir. Entende-se que há uma emergência institucional em transformar a gestão pública brasileira com políticas sociais planejadas, articular os fatores econômicos e políticos essenciais ao sucesso da empreitada, rumo à disputa pela hegemonia sobre o Estado.

É o programa partidário e político que avança, no início com a conquista dos municípios que foram laboratórios da mobilização social em torno da gestão pública. Aplicando a teoria com a prática de quem lutou pelo estabelecimento da democracia, não apenas a que consta nas letras legais da Carta Magna de 1988, mas pelas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras que organizadas no partido ou fora dele (movimentos sociais autônomos) buscaram transformar o Estado e redirecionar as políticas públicas para uma maioria excluída.

Na cidade de Pintadas, objeto de estudo do próximo capítulo não fora diferente, inclusive a participação social foi organizada antes, durante e após as gestões assumidas pelo Partido dos Trabalhadores. O município entre os menores em população e espaço geográfico resistiu a sanha capitalista, expressada pelo poderio político e com forte característica do coronelismo que dominou a cena política no Nordeste.

4- PINTADAS-BA (1997-2000): UMA NOVA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.

Diante do vasto número de estudos em torno da experiência do governo popular em Pintadas, selecionamos aqueles que se tornaram representativos para a discussão traçada no presente trabalho. Os textos de cunho acadêmico encontrados na pesquisa, nas mais diversas áreas sociais e econômicas, ressaltam a importância do município como exemplo de êxito na gestão pública associada a organização popular, o que justifica a localidade escolhida. São representativos com elementos fundamentais para o bom debate, inclusive com a participação *in loco* por parte de alguns autores junto ao processo de mobilização social no município.

O município de Pintadas na Bahia está localizado a 259 km da capital baiana, com uma população estimada em 11.012 habitantes (IBGE, 2017), emancipado politicamente em 09 de maio de 1985, desmembrado da cidade de Ipirá. Teve uma experiência de organização social e política ao longo das décadas de 1990 e 2000, o que possibilitou a sucessão de cinco gestões petistas (1997-2016) que merecem destaque para um estudo aprofundado sobre o denominado modo petista de governar e como ele se manifesta nesse município. Para traçar um quadro mais realista da situação a qual se encontrava a cidade de Pintadas-BA naquele período, transcrevemos parte de um trabalho acadêmico realizado:

O Município de Pintadas, situado a cerca de 250 km a oeste de Salvador, na região do semiárido baiano, com 100% de seu território incluído no chamado Polígono das Secas, é classificado pelo PNUD como tendo baixo índice de desenvolvimento humano. Dados do IBGE de 2000 indicam que a população é de 11.166 habitantes, dos quais 63% vivem na zona rural (a média de ruralidade do estado da Bahia é de 37,6%). A concentração fundiária e a prática da pecuária extensiva (atividade poupadora de mão-de-obra) são marcas essenciais do mundo rural em Pintadas; cerca de 80% dos produtores rurais possuem 15% das terras; os pequenos produtores cultivam alimentos de subsistência como milho, feijão e mandioca, altamente suscetíveis à seca. Deste quadro socioeconômico resulta a migração sazonal para o Sudeste brasileiro: a cada ano, cerca de três mil trabalhadores, majoritariamente homens, partem, sobretudo, para São Paulo a fim de trabalhar nas usinas de álcool. Devido à falta de oportunidades de trabalho e renda e à precariedade das condições de sobrevivência, 50% das famílias foram classificadas como indigentes em 1989 (MILANI, 2004, p. 97).

Como é possível observar a pobreza estava presente no cotidiano da população e a gestão pública existente não colaborava muito para modificar o quadro descrito na citação acima. Com a organização popular começa a surgir a esperança de transformação dessa realidade, comum a cidades e estados nordestinos. Assim uma contra-hegemonia forjada pelos trabalhadores, em especial da zona rural, iria promover uma revolução no poder local. Colhendo, a partir do conhecimento acumulado sobre o campo e a cidade, soluções através do modo petista de governar.

Pretendemos identificar se é possível encontrar tal fenômeno social e político relacionado à hegemonia e como ela contribuiu para o município. Pintadas-BA tinha uma população estimada em 10.346 (IBGE, 1997), quando seu povo elegeu a primeira representante do Partido dos Trabalhadores em 1996. A prefeita Neusa Cadore cumpriu seu primeiro mandato de 1997 a 2000, sendo reeleita para um novo período entre 2001 e 2004. A prefeita Neusa Cadore tornou-se a representação daquilo que o Partido dos Trabalhadores lançou na resolução do V Encontro Nacional, conforme o fragmento retirado do item 181:

181. [...] Sempre que lançarmos um candidato à Prefeitura, este deverá preencher certos requisitos: representatividade, trânsito político e capacidade política pessoal para expressar as posições do PT, além de estar identificado com as posições e a prática do PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 35).

Neusa Cadore é natural de Santa Catarina e mudou-se para a Bahia em 1984, para cumprir, como missionária, o trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organismo da Igreja Católica, vinculado à Teologia da Libertação que pregava o Evangelho partindo da premissa de que era necessário transformar a realidade, libertando o povo da pobreza. A luta pela organização da comunidade rendeu frutos sociais e políticos, o que tornou o município uma referência nacional na aplicação de políticas públicas em parceria com os movimentos sociais. Um capital social reconhecido pelo Partido dos Trabalhadores, pois naquele pequeno município o partido conseguiu governar por cinco mandatos consecutivos (1997-2016), a promover o desenvolvimento local.

Um conjunto de atividades propiciadas pela organização social transformou a realidade local, colocando a cidade de Pintadas como uma das melhores experiências em desenvolvimento sustentável, aliado a ações nas áreas de saúde,

educação e agropecuária. Com a participação nas eleições e a conquista da prefeitura em 1996, foi agregado mais um importante apoio para o que já vinha sendo realizado no município a partir dos movimentos sociais. As organizações sociais cumprem o importante papel do controle social e a cobrança pela transparência das ações junto aos poderes públicos.

Este processo de auto-organização evoluiu para a formação de uma rede de solidariedade que congrega cerca de 12 entidades, com diferentes perfis, articulados entre si, com a gestão municipal e com os parceiros externos ao município, com o objetivo de captar e gerenciar recursos para projetos de interesse, otimizando os escassos recursos humanos e econômicos disponíveis no local.

A história de organização e mobilização comunitárias, muito marcante em Pintadas, tem contribuído para garantir a participação efetiva da população nas questões de saúde e ajudou a forjar, ao longo do tempo, uma conscientização que a torna receptiva às práticas educativas, coletivas e preventivas de saúde (FORMIGLI, 2004, p. 20).

O instrumento utilizado para construir, avaliar e colaborar para a execução da política pública de saúde foi a participação dos movimentos sociais junto ao Conselho Municipal de Saúde, um exemplo de espaço público ocupado por uma ampla representação popular. Colaborando para a realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde (1999) e Feiras Anuais de Saúde em parceria com a Universidade Federal da Bahia, considerados como espaços de mobilização popular (FORMIGLI, 2004, p.20). A mudança cultural é percebida pelos que lá estavam:

Observa-se um esforço para que as políticas públicas sejam direcionadas para a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, atuem sobre os determinantes do processo saúde/doença. Podem ser citadas as iniciativas visando o aumento da produção rural e programas de geração de renda, tais como as hortas comunitárias, os incentivos à caprinocultura e apicultura; o desenvolvimento de técnicas de sobrevivência na seca; ações de saneamento ambiental e melhoria habitacional, como mutirões para a construção e reforma de casas populares, construção de cisternas, projeto de esgotamento sanitário, atividades de educação ambiental, principalmente voltadas para o problema do lixo urbano; ampliação do acesso à escola, com aumento da oferta de vagas e viabilização do transporte escolar para a área rural (FORMIGLI, 2004, p. 22).

As características da gestão popular empreendida no município de Pintadas-BA relacionam as ideias presentes no reconhecido modo petista de governar e a concepção de hegemonia. Também, podem-se observar as condições necessárias para avançar na solução de problemas sociais, econômicos e políticos. É a constatação da força do povo organizado lutando por seus direitos e redirecionando

as políticas públicas para atender a realidade do município e conseqüentemente ampliar a participação popular nos destinos da cidade.

A força da participação social no município possibilita que diversos atores sociais organizados sob a forma de rede, de entidades ou diretamente, participem da execução e fiscalização das políticas públicas, inclusive a de saúde. O Estado, através da gestão municipal, além de manter a sua responsabilidade pela prestação dos serviços, atua como mediador nessas parcerias, no sentido da garantia dos direitos de cidadania e preservação dos princípios de justiça e equidade (FORMIGLI, 2004, p. 24).

A Rede Pintadas, conjunto de organizações populares que se reuniam para planejar as estratégias de desenvolvimento local, funcionava desde 1999 e foi oficialmente registrada em cartório no ano de 2003, como fruto do amadurecimento das organizações que compunham esse processo de articulação social e que colaborava para a autogestão dos projetos executados pelas entidades no município. Funcionava como uma espécie de central das associações, para facilitar o diálogo com outras entidades governamentais e não governamentais (em especial as ONGs estrangeiras) e ao mesmo tempo unificar um plano de ações para o município. A ideia surgiu como importante espaço político e social, a produzir efeitos significativos e estratégicos para o desenvolvimento sustentável com olhar voltado para todas as políticas públicas.

Entende-se que as estratégias utilizadas para o enfrentamento comunitário das dificuldades naturais, políticas e estruturais, que conduzem a conseqüências sociais previsíveis, comuns à quase totalidade dos pequenos municípios do semiárido brasileiro, revelam a atitude consciente e organizada de um povo que não aceita a miséria como única opção, e muito menos a tese do determinismo geográfico para explicar o subdesenvolvimento. Ao contrário, estão refletindo e construindo coletivamente alternativas apropriadas de desenvolvimento que integram o resgate da cultura popular, de convivência harmoniosa com o bioma caatinga, a incorporação de novas tecnologias apropriadas, o resgate e o fortalecimento dos símbolos, festas e tradições da cultura local, tudo isso articulado a uma ação política e econômica, desenvolvendo, desta forma, um sistema integrado de pensar e agir política e economicamente. Este caminho percorrido pela Rede Pintadas rompe com a lógica do dividir para dominar e adota a estratégia do cooperar para que todos vençam. Desta forma, estão construindo a cada desafio enfrentado e superado uma outra lógica política, econômica e social (SOUZA, 2005, p. 42).

A cooperação internacional também colaborou para o sucesso da luta por dias melhores para a população de Pintadas. A Igreja Católica articula-se com uma série de entidades que são formadas ao seu redor e passou a contribuir

financeiramente para projetos desenvolvidos na América Latina, com forte inserção em Pintadas nas décadas de 1980 e 1990. A importância dessa participação é apontada por Milani (2004) como uma conexão em torno do desenvolvimento sustentável na localidade.

A cooperação com agentes da cooperação internacional é outro elemento mobilizador do desenvolvimento local em Pintadas. O Projeto TAPI – Projeto de Tecnologia Apropriada em Pequena Irrigação – é lançado em 1988, a partir de parceria com o governo francês, visando, sobretudo, à melhoria da gestão dos recursos hídricos. Dois anos depois, uma agência holandesa cria vínculos com a cidade para a formação de monitores locais, a fim de suprir a ausência de mão-de-obra escolarizada. Atualmente, as ONGs internacionais mais presentes em Pintadas são a DISOP (ONG belga: micro-finança), *Peuples Solidaires* (França, que presta apoio, essencialmente, em matéria de recursos hídricos), *Il Canale* (Itália: projetos na área de formação) e o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social: enviando cooperantes para o monitoramento de atividades sócio-produtivas) (MILANI, 2004, p. 97-98).

A “Luta do Lameiro” em 1985, localizada na comunidade rural de mesmo nome, é o marco histórico da organização comunitária em Pintadas, foi como ficou conhecida a luta dos trabalhadores rurais por terras que foram griladas por fazendeiros locais. A resistência dos agricultores contou com o apoio da Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O resultado da luta é a desapropriação pelo Governo Federal, com as famílias assentadas. A partir desse acontecimento deu-se início a implantação de uma série de organizações, fruto da mobilização popular. Pode-se registrar 03 (três) entidades como exemplos da construção social realizada em Pintadas:

1- Escola Família Agrícola de Pintadas (EFAP):

Criada em 1996, a Escola Família Agrícola de Pintadas nasce para atender às necessidades geradas pelo Projeto Pintadas e pelas comunidades rurais, no sentido de garantir para os estudantes do meio rural uma educação adequada às demandas do campo. A EFA de Pintadas, como é chamada, faz parte da REFAISA – Rede das Escolas Família Agrícolas Integrada do Semiárido – uma rede de escolas comunitárias que trabalham com a educação contextualizada, garantindo aos jovens do meio rural conteúdo e metodologia adaptada à realidade dos estudantes (SOUZA, 2005, p. 52).

Ainda sobre a Escola,

A Escola Família Agrícola de Pintadas-EFAP existente no município possui como modelo de organização um sistema de revezamento quinzenal entre dois grandes grupos de alunos cujas idades variam entre 11 e 20 anos. São ministradas aulas teóricas e práticas, envolvendo as diversas atividades desenvolvidas na escola: cultivo de hortas (consumo e comercialização); criação de porcos e aves (consumo e comercialização); fabricação de mel (em fase de implementação); fabricação de ração para animais (consumo e comercialização); caprinocultura extensiva (em fase de implementação); fabricação de insumos (pilhas de compostagem) a partir da fração lixo úmido que lá é produzido (MORAES, 2002, p. 06).

2- O Movimento de Mulheres:

Desde a Luta do Lameiro, as mulheres de Pintadas possuem um papel de destaque no movimento de organização comunitária do município, a princípio, por força da ausência dos homens que estavam no centro-sul do país, em mais um ciclo de migração sazonal.

Desta forma, as mulheres Pintadenses exerceram (e exercem) um papel de extrema importância no processo de lutas, reflexão e proposição de ações coletivas que promovam a equidade das relações entre homens e mulheres (SOUZA, 2005, p. 54).

A presença das mulheres nas políticas públicas,

A mobilização do grupo já conquistou pontos importantes como garantia da realização do preventivo de mama e colo de útero, a eleição de três vereadoras na última eleição de 2000, a realização de reuniões regionais para discussão de assuntos de gênero e problemáticas da realidade atual e assembleia anual, além da formação de um grupo de artesanato com sisal. A eleição de uma de suas lideranças em 1996 para o cargo de Prefeita, e sua posterior reeleição, é prova do fortalecimento, organização e ação deste grupo. O envolvimento de suas integrantes foi e têm sido fundamental nas bandeiras de luta empreendidas pelo município, como questões relacionadas à água e ao lixo, entre outras (MORAES, 2002, p. 07).

3- A Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas (SICOOB SERTÃO):

Em 19 de janeiro de 1998 foi inaugurado o SICOOB – SERTÃO uma Cooperativa de Crédito Rural - que funciona em parceria com o BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A. Os recursos captados por essa cooperativa advêm do financiamento de ONG, do Governo Federal, de repasses de outras instituições financeiras e, também, da poupança geral dos seus associados. Assim, os pequenos produtores rurais, associados à Cooperativa, recebem incentivos financeiros na produção de gêneros da agropecuária em suas propriedades, gerando emprego e renda para a comunidade local (MORAES, 2002, p. 05).

Os movimentos sociais elegem Neusa Cadore em 1996 para a gestão municipal iniciada em 01 de janeiro de 1997, o governo estadual liderado por Paulo Souto (PFL-DEM), membro do grupo político do então Antônio Carlos Magalhães

(ARENA-PFL-DEM), atuou para prejudicar a gestão petista logo no início do mandato, fechando a agência do Banco do Estado da Bahia (BANEBA) ainda em 1996, penalizando o município e os pintadenses forçando-os ao deslocamento para a cidade vizinha de Ipirá, trazendo grandes prejuízos econômicos, fruto de uma arcaica perseguição política, característica de uma prática “coronelista” muito presente na vida política do nordestino.

Chama à atenção as características do município de Pintadas-BA como uma cidade predominantemente rural, no sentido do seu desenvolvimento estar restrito à produção de subsistência, naquele período. Um fator que cominava para o domínio político-eleitoral de grupos locais e tradicionais alinhados ao governo do estado. O que abre um diálogo na ciência política para ir ao encontro de um clássico da literatura sobre o conceito de coronelismo, cujos traços ainda presentes no interior da Bahia, oprimiu e subjugou a população ao subdesenvolvimento. É necessário, ainda que de forma breve, compreender o fenômeno do coronelismo na política nordestina:

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável.

Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 2012, p. 44).

Na Bahia, assim como em outros estados nordestinos, essa velha prática perdurou por anos, explorando a pobreza da população que muitas vezes era obrigada a migrar para ser também explorada nas lavouras do centro-sul do país. É uma rede de comprometimento do Estado brasileiro que é estabelecida com a reciprocidade entre chefes políticos locais e estaduais, detendo o controle político e econômico nos municípios.

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os

“coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (LEAL, 2012, p. 63).

Mesmo diante desse cenário, os movimentos sociais trabalharam muito para solucionar os principais problemas causados pela hegemonia conservadora. As organizações que já estavam no processo de desenvolvimento sustentável, em contraponto ao fechamento da única agência bancária existente no município (no caso o BANEBA controlado pelo Governo do Estado), resolveram montar a cooperativa de crédito que virou mais uma referência para a região e alternativa popular contra a perseguição do governo estadual. O cenário socioeconômico que já não era bom ficava refém de práticas políticas conservadoras que desejavam impedir a emancipação popular em Pintadas. Milani (2004) fez observações sobre a conjuntura social:

No entanto, a dificuldade orçamentária do Município é considerável: é um dos 20 municípios baianos com menor arrecadação tributária. Pintadas defronta-se, além disso, com o problema do acesso à terra (e conseqüente modernização das estruturas agrárias e da agricultura), da disponibilidade de água potável e do isolamento em relação ao mercado (acesso rodoviário difícil e distância dos eixos de circulação da região do semiárido). Ademais, com a eleição de uma candidata do PT ao governo local, Pintadas não mais constitui prioridade do governo estadual (Salvador) para investimentos em infraestruturas socioeconômicas. Por exemplo, coincidência ou não, algumas semanas após a eleição de Neusa Cadore, a única agência bancária do Município (do BANEBA) é fechada no ano de 1997, o que ocasionou, entre outros fatores, o estabelecimento da cooperativa de crédito local, SICOOB [...] (p. 98-99).

Cruz (2006) descreve essa mobilização em torno da cooperativa de crédito e seu resultado:

Criação de uma cooperativa de crédito e um banco municipal. O fechamento do Banco do Estado da Bahia (Baneba), em 1996, por questões políticas ou não, possibilitou a abertura da cooperativa de crédito, hoje denominada Sicoob-Sertão. Desta forma, o dinheiro investido pela população fica no município e apoia ações locais. Há orgulho pelos resultados alcançados e sentimento de propriedade, pelos cooperados. No início, em 1997, eram 50 associados, com capital de R\$ 10 mil e apenas três funcionários. Em julho de 2006, eram 2.300 associados, com capital social de R\$ 2,7 milhões, patrimônio líquido de R\$ 3 milhões, 27 funcionários e agências em quatro municípios (p. 100).

Assim, torna-se perceptível a luta incansável do povo pintadense para livrar-se das amarras de um coronelismo praticado naquele momento, com vínculos relacionados à propriedade latifundiária, apoiada pelo poder político estadual que mantinha até aquele momento sua representação na figura do poder municipal. A disputa, primeiro na sociedade, para depois a chegada ao paço municipal, entre a fundação da cidade até a primeira gestão petista rendeu frutos que foram colhidos e continuam a ser germinados na comunidade em Pintadas. Prova disso são os índices de desenvolvimento apurados no período:

Crescimento de 24,5% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), no período de 1991 a 2000, passando de 0,502 a 0,62528. Já o Estado da Bahia teve um crescimento de 16,61% no mesmo período. A dimensão que mais contribuiu na variação foi a educação, seguida pela longevidade e, por último, a renda.

Estruturação da prefeitura com a realização de concursos públicos, criação de plano de cargos e salários, qualificação dos funcionários e criação de Secretarias como a de Educação, Cultura, Agricultura e Assistência Social, para implementar as políticas públicas. Buscam uma nova abordagem e tecnologias sustentáveis para essas políticas, com valorização das culturas e produções adaptáveis à região (CRUZ, 2006, p. 101).

Não foi encontrado no período nenhum dado que apontasse para a prática formal do Orçamento Participativo, como ele é reconhecido. No entanto, na cidade de Pintadas-BA, praticou-se um modelo de participação social e econômico expresso na Rede Pintadas como experiência da participação popular, a ativa organização de entidades com ações próprias a formatar políticas públicas inovadoras, contando com a parceria de organismos internacionais. Cujas culminâncias do movimento despertou para a conquista e implantação de uma nova hegemonia popular junto à prefeitura e ao parlamento municipal, elegendo suas lideranças para contribuir na transformação socioeconômica local.

Milani (2004) aponta o prosseguimento nos anos seguintes dessa organização popular que culminou com a realização do Congresso Popular, convocado e organizado pela Rede Pintadas, com o apoio da prefeitura, momento de compartilhamento de experiências e fundamental para contribuir com a gestão pública:

Prática inovadora no plano local, o Primeiro Congresso Popular é organizado em junho de 2002 com o apoio da Prefeitura, pautando-se por significativa participação popular: por exemplo, com a reunião de todos os membros da Rede, a apresentação de experiências e propostas de políticas

públicas, a organização de grandes assembleias populares, bem como a eleição e designação de delegados para o Congresso (chegando a um total 250 delegados presentes). Professores universitários e técnicos voluntários, enquanto elementos externos ao conjunto de cidadãos de Pintadas, também participam dessa iniciativa (p. 98).

A pequena cidade de Pintadas atraiu olhares para a sua luta, inicialmente por terra e trabalho, para depois ampliar o horizonte dos trabalhadores para a conquista do município. Enquanto espaço social, necessário para a sobrevivência humana, a dialogar com o exercício da política, meio para exercitar a cidadania e garantir direitos sob a perspectiva da coletividade que tudo pode transformar; inclusive a realidade de profundas desigualdades sociais.

Não foi objetivo desse trabalho de pesquisa esmiuçar as origens dos municípios brasileiros, enquanto esfera administrativa na formação da República Federativa do Brasil. Porém, é necessário apontar aspectos sociais que se correlacionam na arena política brasileira, como afetam principalmente a maioria das estruturas políticas locais, prevalecendo uma hegemonia conservadora. A existência do “coronelismo”, em especial no Nordeste Brasileiro, palco da pobreza e do rigor climático (a seca), combinados com a ausência de políticas públicas emancipatórias sempre trouxeram consequências nefastas para a população da região.

O povo de Pintadas passou por duas emancipações: a primeira que eleva a condição de distrito para a fundação do município; em seguida sua população batalhadora forja outra emancipação a que vai construir as bases sociais e políticas para conquistar mais um instrumento da organização popular, contrariando o poderio local, a chegada à prefeitura traz uma nova etapa da luta dos trabalhadores, no objetivo de fazer convergir todas as forças para criar o ambiente propício à saída da pobreza que ali grassava como determinismo histórico e político. Para ilustrar essa breve reflexão, apresentamos o texto de Pereira (2008):

O conceito de emancipação utilizado por Boaventura de Sousa Santos traz enorme contribuição ao debate sobre a necessidade de superação do capitalismo, na medida em que aponta para uma maior inclusão social, sem, no entanto, se vincular a uma forma específica dessa maior inclusão e sem ser, assim, teleológica. Trata-se de um conceito que incorpora a possibilidade de transformação social, mas como possibilidade, ou seja, não como determinismo histórico. A **emancipação** é, dessa forma, uma das forças que age na realidade, na tensão com a regulação, buscando ampliá-la. Está vinculada à ideia de dignidade humana, não estabelecendo uma forma ou uma direção específica na conquista de tal condição (p. 98).

A prefeitura foi o próximo passo e escolheram a liderança de Neusa Cadore para disputar as eleições de 1996 e colocar a sabedoria coletiva para superar os problemas locais mais urgentes. Neusa Cadore exerceu o cargo de prefeita por dois mandatos consecutivos (1997-2004), sendo que o sucesso reconhecido das gestões municipais a lançou para cumprir o mandato de deputado estadual em 2006, reeleita por mais duas vezes (2010 e 2014), referenciada pelo seu trabalho comunitário.

Pode-se ressaltar que a experiência administrativa do modo petista de governar inaugurou uma governança pública popular, com as características necessárias à superação dos problemas existentes no que diz respeito a geração de oportunidades para a população. Reafirma-se a participação popular como elemento essencial para uma nova pedagogia política centrada na democracia e no combate as desigualdades sociais.

4.1 - Por uma hegemonia popular.

De tudo que foi relatado sobre a cidade de Pintadas o mais importante é a organização popular, no sentido de construir um conjunto de entidades que foram fundamentais para a disputa da hegemonia no município. A estratégia elaborada pelos trabalhadores de forma coletiva trouxe para o centro dos debates a necessidade de elevar a luta que antes estava restrita à posse da terra, para a ocupação do poder executivo local, entendido como obstáculo a ser superado para avançar a luta popular por mais direitos para os trabalhadores. Uma luta travada para disputar a hegemonia sobre os destinos da comunidade, até então dominada por concepções retrógradas e excludentes.

Portanto no pensamento de Antonio Gramsci, assim como no de Boaventura Sousa Santos, a disputa pela hegemonia acontece exatamente no senso comum, hoje impregnado da visão de mundo dominante, e que pode, e deve, ser tensionado pelo pensamento emancipatório e sua visão de mundo. Esse “convencimento”, contudo, tanto na formulação Gramsciana como na de Boaventura, não se dá simplesmente pelo discurso teórico, mas também, e fundamentalmente, pela práxis, pela construção de alternativas críveis, ainda que localizadas, com “vocação hegemônica”. Ainda que localizadas, essas experiências podem apontar pistas, ou seja, com perspectiva de escala global (PEREIRA, 2008, p. 107).

É bom deixar claro que não se trata de uma mera disputa pela ocupação do poder executivo local. Vai, além disso, pois a prática da luta exercida pelos trabalhadores forjou uma pedagogia política, demonstrando que era factível pela organização social superar as deficiências das políticas públicas, tanto no âmbito municipal, bem como a resistência frente à ação deliberada do governo estadual para “sufocar” a gestão petista nos primeiros anos, no caso do fechamento da agência bancária e a consequente criação de uma cooperativa de crédito, como resposta.

O caráter popular e democrático construído pelos trabalhadores em Pintadas impregnou a sociedade na sua maioria para redescobrir suas potencialidades no exercício coletivo do poder. Do processo de lutas encampadas, surgiu a necessidade de disputar a prefeitura, mesmo com as limitações de um “Estado Herdado”, era mais um elemento que poderia contribuir para a organização dos

trabalhadores. Mas é bom deixar claro que a gestão de uma prefeitura não significa o fim dos problemas sociais enfrentados pela população, representa a possibilidade de alavancar a organização popular já existente.

Administrar uma prefeitura pelo PT não significa que os trabalhadores tomaram o poder a nível local. Significa que conquistamos governos municipais, um importante instrumento que pode ser colocado a serviço dos trabalhadores e da sociedade e não mais para reproduzir no plano local os processos de dominação econômica, política e cultural (BITTAR, 1992, p. 23).

A importância da chegada à prefeitura e do respectivo controle momentâneo e limitado desse espaço de poder está na possibilidade de ampliação da participação popular, o que por si já é um exercício de democracia participativa e direta. Ao mesmo tempo uma oportunidade de aprendizagem para compreender como funciona parte do Estado brasileiro, sua complexidade burocrática vinculada à manutenção do *status quo*. Esse quadro conjuntural reforça a necessidade de transformar a gestão pública pela via da participação popular, o que é um desafio grandioso para todos.

Sempre afirmamos e defendemos que o que deve caracterizar e diferenciar nossa proposta de governo participativo é a transferência de poder real à maioria da população. Daí nossa ênfase nas propostas de participação popular quanto ao processo de formulação, decisão, execução e fiscalização das políticas públicas, com o firme propósito de transformar as relações de poder e a direção intelectual e moral da vida pública brasileira. Esta nova orientação de alguma forma foi efetivamente tentada e conseguida em vários municípios (BITTAR, 1992, p. 211).

O modo petista de governar pode ser considerado um caminho para a elaboração da hegemonia popular. Importante destacar que a inversão de prioridades é fundamental para transformar a realidade do governo municipal, somente possível porque a ampla participação popular no planejamento da cidade redireciona as políticas públicas para atender aos interesses de uma maioria até então esquecida por aqueles que governavam antes da gestão petista. A experiência de Pintadas-BA reflete o espírito da luta travada pelos trabalhadores. O novo estilo popular a frente da gestão refaz a história daquele município rumo a uma nova hegemonia. Bittar (1992) reforça o pensamento petista sobre a gestão pública com uma crítica que produz um novo posicionamento sociopolítico:

O estilo petista de governar, no entanto, semeou seus embriões através da reforma moral e do resgate de credibilidade do serviço público, da inversão concreta de prioridades e pelos ensaios, ousadias e realizações nas frentes de participação popular. Há que considerar que a visão petista de participação popular sempre foi um tanto idealizada e formalista, vinculada à ideia de conselho municipal ou comissão formalizada, deliberativa ou consultiva, permanente, inscrita em lei, etc. Por conta disso, em muitas áreas das prefeituras, possibilidades de relações cotidianas, episódicas, informais, ricas de significados políticos, vivenciadas pela maioria da população em seus espaços vitais, não foram desde logo valorizadas e desenvolvidas. Contudo, a variedade de canais e formas de participação popular já detectadas ou experimentadas nos municípios que administramos anuncia um rico filão com possibilidades altamente transformadoras, com um horizonte potencial apenas vislumbrado, que com certeza consolidará a participação popular como função direta da transformação social, da plenitude da cidadania, da democracia direta e do socialismo possível, tornando irreversíveis os avanços que conquistamos (p. 216).

Nasce uma nova cultura administrativa para gerir o município de acordo com os interesses dos trabalhadores, com muita luta e organização para fazer valer seus direitos e conseguir alterar a realidade de exclusão social. É sobre esse processo histórico registrado na cidade de Pintadas-BA que vai permitir ao seu povo perceber que poderia ir mais longe do que o sonhado na luta pelas terras dos agricultores que queriam estabelecer uma produção que gerasse emprego e renda. Dali em diante saiu de uma organização informal e popular para a elaboração e execução de projetos financiados por órgãos não governamentais e depois pelo Governo Federal.

Os sonhos semeados tornam-se realidade inclusive potencializando lideranças políticas com uma visão popular sobre os poderes que constituem o Estado. Uma posição crítica sobre a realidade, o que leva a intervir de forma sábia, valorizando o conhecimento local. Era necessário produzir o ambiente propício para que a cidade compreendesse a luta dos trabalhadores por uma sociedade justa, solidária, preocupada com o amanhã.

É com a multiplicação das intervenções e das organizações dos atores sociais em busca de uma nova ordem social e política que se viabiliza a construção de uma democracia de massas e da hegemonia socialista na sociedade. A experiência das administrações democráticas e populares tem demonstrado que, ampliando a nossa ação política dentro dos movimentos de massas existentes e destes para os “não-organizados” e a cidadania em geral, podemos materializar o nosso sonho democrático e socialista (BITTAR, 1992, p. 219).

Foi um processo político e pedagógico, com uma via de mão dupla, onde se aprende e renova-se a aprendizagem com a sabedoria popular que colocou a cidadania como objetivo coletivizado, em que os serviços públicos retomaram o

sentido de um bem comum. E dele todos são responsáveis e devem por isso participar ativamente das decisões que afetam o poder público municipal. Essa consciência coletiva moveu a cidade de Pintadas para alcançar uma gestão pública qualificada pelo restabelecimento da democracia, influenciando diretamente nas decisões políticas que permeiam a gestão pública.

O Partido dos Trabalhadores reafirma seu compromisso com a participação como patrimônio de uma hegemonia popular junto às gestões públicas que atravessaram o período democrático brasileiro:

Aos novos e futuros gestores petistas comprometidos com as ideias de participação popular, democratização do poder e inversão de prioridades, fica a orientação de que é preciso ter no horizonte o que eles querem a médio e a longo prazo para seu município, e não apenas pensar a curto prazo, com vistas no processo eleitoral unicamente. E devem fazer isso de forma democrática. Desenvolvendo instrumentos e estruturas que possam transformar os cidadãos em sujeitos históricos, que definem sua cidade e seus investimentos, e que sejam capazes de intervir no destino da cidade. Criando, portanto, relações de pertencimento, proximidade e inclusão entre o Poder Público, a cidade e os cidadãos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2016, p. 40).

O que antes era um laboratório com boas experiências e resultados satisfatórios para a população, transforma-se numa espécie de manifesto de como os petistas deveriam se relacionar com os movimentos sociais (dos quais é parte e colabora para a organização) e a gestão do poder público quer no âmbito municipal, estadual e federal. Radicalizando a democracia e colocando aquele espaço de poder ocupado a serviço dos que mais necessitam das políticas públicas. Necessário enfatizar o projeto popular vai além da disputa eleitoral, quer organizar o povo para forjar uma nova hegemonia que tenha como base a inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras. É o que oferece o modo petista de governar:

Nesta conjuntura, o modo petista de governar é, também, um modo de enfrentar a crise, de mobilizar a sociedade civil e de oferecer uma alternativa de desenvolvimento com inversão de prioridades, com democracia e bem-estar social. Oferecemos à sociedade brasileira um projeto de autogoverno da sociedade, no qual os cidadãos, sobretudo os excluídos dos frutos do desenvolvimento e do poder, se reconheçam como homens livres e sujeitos da construção de uma nova sociedade (BITTAR, 1992, p. 224).

Em Pintadas-BA a população reconheceu o trabalho desenvolvido pelas entidades e depois escolheu uma de suas lideranças para interromper um ciclo de

gestões governamentais que não atendiam ao interesse da maioria que se encontrava empobrecida e sem perspectivas de ascensão social, dado o quadro de desemprego local combinado com o clima seco e a concentração de terras nos latifúndios locais improdutivos. A classe trabalhadora conhecedora da sua realidade junto a outros sujeitos externos que colaboraram para a sua organização, observou a importância de investir no desenvolvimento local como saída para avançar em outras políticas públicas.

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob a ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbito político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural (MILANI, 2004, p. 96).

Essa percepção dos pesquisadores sobre Pintadas, onde a organização popular fez valer seus direitos com muita luta e dedicação para transformar a realidade, passando da busca pela sobrevivência à contestação política reforça o processo pedagógico e político que compreende o cenário socioeconômico e passa para o estágio de superação das dificuldades pelo viés da participação, a constituir uma hegemonia popular naquela localidade.

É naquela cidade que o Partido dos Trabalhadores também vai enfrentar e experimentar uma nova forma de fazer política. A busca incessante para apresentar o modo petista de governar como diferencial para a população, com instrumentos teóricos e práticos elaborados pelos próprios trabalhadores. A afirmação que para superar os problemas sociais é necessário implantar um governo que dialogue com os movimentos sociais para inverter as prioridades do Estado de forma qualificada.

A inversão de prioridades é o centro da nossa proposta de governo. Ela garante a recuperação do papel do Estado como prestador de serviço público voltado para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Desta forma, concentramos nossos recursos na ampliação e qualificação dos serviços essenciais e em obras de infra-estrutura, saneamento básico e equipamentos públicos em geral (BITTAR, 1992, p. 236).

É o programa de governo democrático e popular pronto para uma nova fase da luta, dessa vez por dentro do Estado. Mas sem abandonar a luta realizada pela organização popular, anterior ao processo de disputa governamental. Até porque o modo petista de governar representa essa sintonia: “O modo petista de governar propõe a participação popular, a inversão de prioridades, a transparência administrativa, um plano de reformas e de reorganização da base política, econômica, jurídica e cultural” (BITTAR, 1992, p. 290).

Para dar continuidade a processos transformadores na sociedade, um projeto de hegemonia popular deve cultivar princípios organizativos que considere a realidade local, em especial, construindo com a população uma governabilidade junto aos poderes executivo e legislativo. Essa outra cidade possível, no caso de Pintadas, avançou para ocupar a prefeitura e a câmara de vereadores com lideranças nascidas no movimento popular. As características desses sujeitos históricos formados politicamente pela “labuta” diária demonstrou a capacidade de governo, a ratificar o modo petista de governar como proposição hegemônica a superar o conservadorismo tecnocrático e de gestão pública verticalizada.

A questão essencial da governabilidade, da perspectiva das relações entre forças políticas do município, é a capacidade de transformação da prefeitura. Levando em conta a correlação de forças da política local, o exercício da governabilidade deve ousar, incorporar a dimensão da criação do novo: de um instrumento das oligarquias operado em favor de seus interesses, ela passa a defender os interesses da maioria, dos trabalhadores assalariados, dos pequenos produtores.

A governabilidade, para os governos petistas, é a capacidade de colocar a máquina administrativa a serviço de um projeto político popular e democrático (BITTAR, 1992, p. 290).

E no município de Pintadas os movimentos sociais organizados conseguiram conquistar um novo momento histórico para a sociedade local. Criaram a unidade necessária à luta dos trabalhadores com os demais setores da comunidade que passaram a pensar sobre novas bases políticas refutando o determinismo social que era incutido pela hegemonia conservadora.

As classes trabalhadoras, à medida que necessitam unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, precisam organizar-se em instituições renovadoras, no seio da sociedade civil, para elaborar uma teoria política comprometida com transformações radicais, para refletir e criticar as contradições que perpassam seu cotidiano. Estas são as bases da

hegemonia, esta é a construção da democracia (SCHLESENER, 2007, p. 16).

O modo petista de governar é um projeto de hegemonia que aplica a participação popular, fruto da organização dos movimentos sociais. Na maior parte dos municípios conquistados pelo Partido dos Trabalhadores, como exemplo a cidade de Pintadas-BA, essa força motriz da mobilização social foi essencial para inclusive, como nos casos similares ocorridos em outros municípios, modificar a relação da prefeitura com as câmaras de vereadores:

Em todos os casos, entretanto, é possível identificar um papel ativo das prefeituras nas relações com os setores populares. Como exemplo pode-se mencionar as situações em que a aprovação de leis de interesse popular dependeu de uma pressão sobre a Câmara Municipal. Mesmo onde não havia uma organização popular e forte, a prefeitura conseguiu estimular a participação popular e promover concentrações que submeteram os vereadores de oposição (BITTAR, 1992, p. 294-295).

É a breve história de Pintadas, associada a tantas outras experiências ocorridas na maioria dos municípios governados pelo Partido dos Trabalhadores na década de 1990. A luta incessante pela superação de uma hegemonia conservadora calcada no capitalismo para estabelecer uma nova hegemonia com base socialista.

A organização popular dentro dos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, cooperativas dos pequenos produtores rurais, a presença das Comunidades Eclesiais de Base e sua conduta progressista, colocaram Pintadas num novo patamar de desenvolvimento socioeconômico, exemplo para os demais municípios baianos e brasileiros. Se em Porto Alegre a hegemonia petista perdurou por 16 anos, em Pintadas alcançou 20 anos de gestões comprometidas com os trabalhadores. Em ambas, guardadas as devidas proporções, uma nova cultura política foi plantada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa cumpriu a tarefa de discutir o conceito de hegemonia construído por Gramsci nas suas observações sobre o poder exercido no período em que viveu, projetou a face da luta popular que deveria ser empreendida para superar o capitalismo. Não se trata de avaliar se Gramsci conseguiu conquistar a sonhada vitória sobre a hegemonia conservadora, mas de analisar como seu pensamento revolucionário atravessou gerações, alcançando movimentos populares e organizações partidárias.

Gramsci logrou êxito em demonstrar nas suas reflexões sobre a hegemonia conservadora que comandava o Estado e garantia a sua governabilidade, para uma pequena parte da sociedade estruturada para a manutenção de privilégios. Cabia à classe trabalhadora organizar a luta para contrapor esse sistema conservador e excludente por natureza. É a visão estratégica da luta a ser travada pelas forças populares contra uma hegemonia opressora e secular. Descrever como ela funciona para compreender como é possível subvertê-la e colocar os trabalhadores e trabalhadoras no centro dos interesses estatais e não estatais.

No Brasil, o modo petista de governar surgia também da necessidade de construir uma contra-hegemonia para estabelecer um novo marco na sociedade. O Partido dos Trabalhadores contribuiu para inovar a partir dos movimentos sociais, ocupar espaços governamentais e engendrar um novo organismo de participação efetiva da população nos destinos das cidades inicialmente, para alcançar os estados e chegar ao executivo nacional.

No município de Pintadas-BA, encontramos esse exemplo de laboratório de experiências da participação popular, no plano sociopolítico, para que fosse possível e se tornasse viável um projeto de governo vinculado ao aprofundamento da democracia direta, com a participação efetiva dos sujeitos históricos que ali lutavam por melhorias através das políticas públicas.

O desequilíbrio social foi a principal característica para perceber que era necessário organizar os trabalhadores, para superar a desigualdade socioeconômica que estava vinculada a prática de uma hegemonia conservadora que condenava o

povo de Pintadas-BA. Essa hegemonia conservadora dominava a administração pública, a comandar o município de pequeno porte deficitário e com serviços públicos precarizados, colaborava efetivamente para aprofundar a pobreza.

Os movimentos sociais organizados foram a inspiração para projetar as lideranças populares rumo a conquista da administração local. A tomada de consciência por parte dos trabalhadores de que era necessário o espaço político da gestão pública para colaborar com as ações comunitárias. Era preciso um governo comprometido com políticas públicas de inclusão social.

Em Pintadas-BA a organização dos trabalhadores conseguiu na prática construir um espaço público com hegemonia popular, afirmando uma outra cidade possível. Lutaram para que as políticas públicas e de desenvolvimento local ficassem sob o controle da maioria da população. A romper com um governo conservador, totalmente desconectado com a realidade dos cidadãos e cidadãs pintadenses.

Numa época de grandes desafios, a década de 1990, Pintadas deu demonstrações de que fora da administração local era possível reunir e organizar as demandas populares, para conquistar soluções dentro do contexto social com apoio externo. Logo após a percepção da luta, leva ao interesse popular em desconstruir uma hegemonia que controlava a prefeitura e obstruía o desenvolvimento local, para implantar o modo petista de governar, como nova hegemonia com ampla participação popular nos destinos da cidade.

É o alargamento do conceito de democracia participativa que consta na Constituição de 1988, para além do valor moral e político, a necessidade de convocar o povo para participar e decidir sobre sua vida sociopolítica. O entendimento de que os movimentos sociais são a base democrática e a força motriz para a ruptura de uma hegemonia que condena a sociedade para uma desigualdade socioeconômica.

A perspectiva eleitoral não pode ser o único caminho para a democracia, deve ir além da mera representação política e favorecer a participação popular em todos os momentos da vida pública brasileira. De uma participação atomizada, restrita ao período eleitoral, a população passa a sentir a necessidade de conquistar os espaços de poder, como complemento para transformar a realidade. É a expansão

de democracia que consta no modo petista de governar arquitetado pelos e para os trabalhadores, vítimas principais do sistema capitalista excludente.

Em Pintadas-BA temos vários exemplos de boas iniciativas populares, foram gestadas dentro do movimento social para depois surgir a ideia de conquistar a administração local, para avançar na luta contra a desigualdade social que dificultava a sobrevivência naquele município.

A participação popular enquanto ação política prevaleceu sobre a gestão pública, pautando demandas da maioria da população antes excluída. Para administrar, dar uma nova cara a prefeitura, contribuir para o processo de transformação local colocou-se na liderança uma mulher gestada no meio popular. Neusa Cadore, a primeira prefeita do Partido dos Trabalhadores em Pintadas-BA, conheceu de perto as dificuldades do povo e ajudou a organizar os trabalhadores, tomando consciência da sua força coletiva.

A consciência popular de que era necessário romper com as amarras de um Estado Herdado, arcaico, concentrador de riquezas, elitizado para favorecer uma pequena parte da população. O conhecimento popular que organizou o movimento social fez a sustentação capaz de atacar a hegemonia conservadora, para ascender a um Estado Necessário, distribuidor de transformações sociais, inclusão econômica e formadora de novas lideranças populares.

Aprende-se com Gramsci e com o modo petista de governar que somente com a participação popular é possível construir novas bases para penetrar no Estado e colocá-lo a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras. Pintadas-BA no seu desafio local provou com a devida competência coletivizada nas experiências nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento sustentável que era preciso e acertado trabalhar em comunidade para superar o planejamento tecnocrático e de gestão pública verticalizada.

Um novo horizonte para demarcar a governabilidade feita a partir da organização popular, sem intermediários, a democracia direta viria para ficar, como exemplo para toda a região onde o município estava localizado. O território de identidade conhecido como Bacia do Jacuípe, na Bahia, tem em Pintadas um exemplo a ser seguido de experiências testadas e vitoriosas no encontro de alternativas para conviver com as intempéries da região semiárida.

A criação da Escola Família Agrícola e sua pedagogia inovadora, o Movimento das Mulheres na busca pela saúde preventiva, a criação da cooperativa de crédito como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico, são exemplos motivadores para que possamos acreditar na esperança de um país que se acreditar na força do seu povo, será uma nação vitoriosa a refazer sua história passada que tem um débito enorme com a população.

A fundação de um partido feito por trabalhadoras e trabalhadores brasileiros possibilitou sonhar e transformar realidades de norte a sul. Nas primeiras gestões públicas assumidas por militantes, várias experiências inovadoras marcaram época, sendo premiadas e reconhecidas tanto em âmbito nacional como internacional.

Os coronéis políticos ainda continuam vivos nos municípios e estados, a defender suas posições hegemônicas conservadoras contra a maioria do povo. A observação sobre essa dinâmica que controla e corrói o Estado Brasileiro, é a típica manifestação dos instrumentos capitais para a manutenção do sistema: concentração de riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade; proteção extremada da propriedade privada; e o exercício da patrimonialismo que numa abordagem simples é a apropriação dos bens públicos pelo poder privado.

A semente foi plantada e cultivada, suas raízes populares continuam vivas, necessário atualizá-las e promover novos movimentos de organização popular para que retomemos o rumo da revolução democrática e socialista. Dentro ou fora das administrações estatais, a chama da organização popular deve sempre estar acesa. Era o que Gramsci registrou nos seus escritos: a necessidade de organizar permanentemente os movimentos populares para superar o capitalismo pela luta coletiva.

A revolução contra a hegemonia que predomina, ou seja, a serviço dos conservadores capitalistas, deve ser substituída por uma construção coletiva, com ligação democrática pautada pela ampla e irrestrita participação popular. Em especial, como no caso de Pintadas-BA, os momentos de crise foram também espaços para criação inovadora por parte dos organismos sociais e populares ali gestados.

Salienta-se ainda como resultado dessa luta local a projeção estadual da liderança popular exercida pela primeira prefeita petista em Pintadas-BA, Neusa Cadore, que viria a se tornar logo após duas gestões municipais, deputada estadual

pelo Partido dos Trabalhadores, como reconhecimento dos movimentos sociais locais e regionais da sua capacidade de diálogo político e comprometimento com o modo petista de governar.

A capacidade do governo local e a respectiva governabilidade foram gestadas anteriormente pelos movimentos sociais, cuja experiência de luta acumulada permitiu seguir na gestão pública com a presença de lideranças populares por cinco períodos consecutivos a frente da prefeitura, numa boa demonstração de que o povo organizado pode sim transformar a realidade e sobrepujar os determinismos políticos. A luta continua!

REFERÊNCIAS.

BITTAR, Jorge (org.). *O Modo Petista de Governar*. Cadernos de Teoria & Debate. São Paulo: Gráfica Editora Camargo Soares Ltda. 1992.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (org.). *Gestão Estratégica em Políticas Públicas*. 2ª ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2014.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles T. *Rede Pintadas*. In: Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, v. 11, nº 48 – jan./junho 2006 – São Paulo: FGV, 2006. P. 89-105. (pdf).

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paula Arcoverde; COSTA, Greiner. *Gestão Estratégica Pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

FORMIGLI, Vera Lúcia A. [et al.]. *Práticas de saúde e modelos assistenciais no município de Pintadas, Bahia*. In Saúde em Debate, Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES – v. 28; n. 66; p. 16-27; jan./abr. - São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES, 2004 [pdf].

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Desafios das cidades: desenvolvimento com participação e inclusão social*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. V. 03. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 428p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

JORGE, Jairo. *Radicalizar a Democracia*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 104 p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da Experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Disponível em: <<https://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/viewFile/12637/8906>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

MORAES, Luiz Roberto Santos [et al.]. *Saneamento, educação ambiental e cidadania: a experiência de Pintadas, Bahia, Brasil*. In. AIDIS; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Associazione Nazionale di Engenharia Sanitária. *Desafios Ambientais da Globalização*. Vitória, ABES, set. 2002. p. 1-18 (PDF).

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções Políticas: V Encontro Nacional PT (1987)*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2017.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. *Educação política: uma experiência com o orçamento participativo*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

PONT, Raul. *Gestão Pública e Democracia Participativa*. Imprensa: Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007. 44 p.

SADER, Emir. *Gramsci: poder, política e partido*. Tradução de Eliana Aguiar. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SÁNCHEZ, Félix Ruiz. *Orçamento Participativo: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 97).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 3. Ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SOUZA, José Carlos Moraes. *A economia solidária como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso de Pintadas*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Agronomia. Cruz das Almas-BA: Universidade Federal da Bahia, 2005 [pdf].

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [pdf].